



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM PLANEJAMENTO E GESTÃO
ESCOLAR**

MARIA EDNILSA DA SILVA SEIXAS VIEIRA

**SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA PROJOVEM
URBANO EM UMA ESCOLA ESTADUAL**

CAJAZEIRAS - PB
2016

MARIA EDNILSA DA SILVA SEIXAS VIEIRA

**SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA PROJOVEM
URBANO EM UMA ESCOLA ESTADUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Planejamento e Gestão Escolar, do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como exigência parcial à obtenção do título de Pós-Graduada em Planejamento e Gestão Escolar.

Orientador: Prof. Dr. Wiama de Jesus Freitas Lopes.

CAJAZEIRAS - PB
2016





V658s Vieira, Maria Ednilsa da Silva Seixas.
Sistemática de Avaliação do Programa Projovem Urbano em
uma Escola Estadual / Maria Ednilsa da Silva Seixas Vieira.
- Cajazeiras, 2016.
58f.: il.

Monografia(Especialização em Planejamento e Gestão
Escolar)Universidade Federal de Campina Grande, Centro de
Formação de Professores, 2016.
Contém Bibliografia.
Disponível em CD.

1. Projovem urbano - Avaliação. 2. Educação de adultos.
3. Sistema de avaliação escolar I. Lopes, Wiama de Jesus
Freitas II. Universidade Federal de Campina Grande. III.
Centro de Formação de Professores. IV. Título

CDU 374

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR
MARIA EDNILSA DA SILVA SEIXAS VIEIRA

**SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA PROJOVEM
URBANO EM UMA ESCOLA ESTADUAL**

Banca Examinadora

Prof. Dr. Wiama de Jesus Freitas Lopes
Orientador, UFCG

Prof. Dr. Alexandre Martins Joca
Examinador - UFCG

Prof. Dr. Tiago Paz
Examinador - UFCG

Cajazeiras, 01 de Setembro de 2016.

DEDICATÓRIA

A Deus, por dar o dom da vida aos seres humanos. E a todos os profissionais da Educação que lutam cotidianamente em prol de uma educação libertadora e transformadora. À Alice, minha filha amada, que a cada dia me ensina a ser uma pessoa melhor e realizada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter dado forças para ir até o fim, pois nos momentos que desanimava eu sentia sua mão sempre estendida a me guiar, consolando e impulsionando-me a vencer os obstáculos.

Ao Professor orientador deste trabalho, Wiama de Jesus Freitas Lopes, pessoa que tenho um apreço indescritível por sempre me orientar de forma tão dedicada e compreensiva, não deixando, contudo, de exigir o meu melhor, incentivando e ensinando os caminhos e métodos para a realização de um trabalho à altura do Curso de Pós-graduação, viabilizando, assim, minha busca pelo conhecimento e pelo crescimento profissional.

Aos meus Pais e minha Avó Materna (in memoriam) que sempre incentivaram a estudar e a ser uma pessoa esforçada e perseverante, para que pudesse ter uma chance de um futuro brilhante.

A Anacleto Vieira de Sousa, meu esposo e amigo, que sempre apoiou tudo o que faço, sendo compreensivo e incentivador a nunca desistir dos sonhos.

A todos os professores, mestres e doutores que passaram pela minha vida, cada qual contribuindo com seus ensinamentos e conhecimentos para que eu enfrente sabiamente todas as etapas da vida.

Aos amigos e familiares de um modo geral, que diretamente ou indiretamente contribuíram para o meu crescimento profissional, apoiando e dando forças para ir até o fim deste trabalho.

As gestoras, os funcionários da escola, os professores do Programa Projovem Urbano (PJU) os quais participaram para a realização desse Projeto Vivencial, uma vez que, contribuíram de forma tão respeitosa e atenciosa para com o trabalho desenvolvido.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 Capítulo I. Conceitos e Fundamentos sobre o processo de Avaliação no Programa Projovem Urbano em uma Escola Estadual.....	12
2 Capítulo II. Caracterização da Execução do Projeto Vivencial sobre o Programa Projovem Urbano em uma Escola Estadual.....	30
3 Capítulo III. Resultados de uma Sistemática de Avaliação desenvolvida no Programa Projovem Urbano em uma Escola Estadual.....	46
4. Considerações Finais.....	49
5. Referências.....	54
6. Anexo.....	57

RESUMO

Neste trabalho, apresentado à Disciplina de Trabalho de Conclusão do Curso *Lato sensu* em Planejamento e Gestão Escolar da Universidade Federal de Campina Grande do Campus de Cajazeiras-PB, apresenta o resultado de um Projeto Vivencial que teve como título; “Sistemática de Avaliação do Programa Projovem Urbano em uma Escola Estadual” desenvolvido aproximadamente num período de 80h, com professores que lecionam no Programa Projovem Urbano – (PJU), e se concretizou numa Escola da Rede Estadual de Ensino, situada na cidade de Cajazeiras-PB. Neste Projeto, os professores que atuam no Programa, sob a coordenação da aluna do Curso de Especialização e também professora do Programa, elaboraram e implementaram uma sistemática de avaliação que, por sua vez, foi adotada em sua prática docente, mediante os instrumentos avaliativos que estes já utilizam em sala de aula com os alunos. Compreendeu-se dessa forma que, por o Programa apresentar lacunas em seu processo de execução de avaliação, ainda há a necessidade de implementar e elaborar uma Sistemática de Avaliação como forma de redimensionar, reorientar os instrumentos de avaliação adotado pelos professores do Programa. A partir do exposto, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: De que modo e para quais fins a sistematização da avaliação do Programa Projovem Urbano ocorre em uma Escola Estadual, tendo em vista os fins educacionais pelos quais ele é implementado? E ainda teve-se como objetivo geral: analisar as possibilidades de otimização de uma sistemática de avaliação do Programa Projovem Urbano em uma Escola Estadual, tendo em vista os fins educacionais pelos quais ele é implementado. Destacou-se ainda, no embasamento teórico – sob a luz dos autores, tais como: Esteban (1999); Hoffmann (1993); Luckesi (2005; 2004); Menezes (2014) dentre outros –, os conceitos, fundamentos e as diferentes abordagens de avaliação como a diagnóstica, formativa e a somativa, que proporcionaram uma maior compreensão de conhecimentos sobre o processo de avaliação. Utilizou-se como metodologia um levantamento bibliográfico, abordagem qualitativa, análise documental, observações e estudos exploratórios com base em autores como Lakatos (2003), Menga & André (1986), Minayo (2001) os quais proporcionaram uma visão mais ampla acerca das informações coletadas para a concretização do Projeto Vivencial. Participaram do Projeto professores que lecionam no Programa, alguns funcionários e a equipe Gestora da Unidade Escolar. Portanto, com a elaboração desta sistemática de avaliação desenvolvida com a participação dos professores e outros membros da Unidade Escolar, foram obtidos resultados positivos para o processo de ensino e aprendizagem e rendimento escolar dos discentes do Programa, os quais contribuíram para um maior conhecimento e aprofundamento acerca das estratégias de avaliação, permitindo aos professores e alunos, uma ação- reflexão-ação continuada sobre o complexo ato de avaliar.

PALAVRAS-CHAVE: Sistemática, Avaliação, Projovem Urbano.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão do Curso *Lato sensu* em Planejamento e Gestão Escolar, da Universidade Federal de Campina Grande do Campus de Cajazeiras-PB, analisa-se o resultado de um Projeto Vivencial intitulado **“Sistemática de Avaliação do Programa Projovem Urbano em uma Escola Estadual”** que foi desenvolvido aproximadamente num período de 80h com professores que lecionam no Programa Projovem Urbano - PJU, e se concretizou numa Escola da Rede Estadual de Ensino, situada na cidade de Cajazeiras-PB. Nesse Projeto, os professores que lecionam no Programa, sob a coordenação da aluna do Curso de Especialização e também professora do Programa, elaboraram e implementaram uma sistemática de avaliação que, por sua vez, foi adotada em sua prática docente, mediante os instrumentos avaliativos que os envolvidos já utilizam em sala de aula.

Compreendeu-se no decurso do trabalho que o Programa apresenta lacunas em seu processo de execução da avaliação porque, mesmo sabendo que existem métodos e instrumentos, a prática não estava suprimindo a real necessidade dos alunos no sentido de avaliá-los de forma eficaz. Desse modo, percebeu-se a necessidade de implementar e elaborar uma Sistemática de Avaliação como forma de redimensionar o processo de avaliação adotado pelos professores do Programa. Foi, então, a partir dessa percepção da defasagem na avaliação educacional do Programa que se formalizou a seguinte questão de pesquisa: De que modo e para quais fins a sistematização da avaliação do Programa Projovem Urbano ocorre em uma Escola Estadual, tendo em vista os fins educacionais pelos quais ele é implementado? Entendido que o Programa foi implementado com a finalidade de elevar a escolaridade dos alunos, proporcionar aos jovens uma educação profissional básica, assim como também uma educação voltada para a implementação de ações sociais em função de valorizar o exercício da cidadania, dentre outros aspectos em que o Programa pauta. (Salgado, 2008). E que possui seus métodos e instrumentos de avaliação propostos pelo Projeto Pedagógico Integrado (PPI) que rege e norteia o Programa, e que, segundo observações da pesquisadora e professora do Programa, entendeu-se que a prática de avaliação adotada pelos professores necessita de um redimensionamento para que os objetivos sejam alcançados.

E ainda teve-se como objetivo geral: analisar as possibilidades de otimização de uma sistemática de avaliação do Programa Projovem Urbano em uma Escola Estadual, tendo em vista os fins educacionais pelos quais ele é implementado, o qual se desmembrou nas especificidades; compreender por quais mecanismos ou instrumentos a equipe docente avalia o programa Projovem Urbano em uma Escola Estadual; averiguar de que modo a equipe de professores que compõe o programa Projovem Urbano avalia o seu desenvolvimento em uma Escola Estadual; e identificar a competência dos educadores em relação a sistemática de avaliação acerca do programa Programa Projovem Urbano em Escola Estadual.

Para a execução do Projeto Vivencial se utilizou como metodologia o levantamento bibliográfico, a abordagem qualitativa, a análise documental, as observações e os estudos exploratórios com base em autores como Lakatos (2003), Menga & André (1986), Minayo (2001), os quais proporcionaram uma visão mais ampla acerca das informações coletadas para a concretização do Projeto. Nesse sentido, segundo os autores Cervo e Bervian

a metodologia científica é o estudo dos métodos de conhecer. Trata-se de métodos de buscar o conhecimento, é uma forma de pensar para se chegar à natureza de um determinado problema, seja para explicá-lo ou estudá-lo. O método científico é entendido como o conjunto de processos orientados por uma habilidade crítica e criadora voltada para a descoberta da verdade e para a construção da ciência hoje, a pesquisa constitui seu principal instrumento ou meio de acesso (CERVO ; BERVIAN, 2004).

Em consonância com a ideia dos autores, vê-se que o uso das metodologias serve para conhecer e buscar métodos que sejam relevantes para a pesquisa, como forma de se alcançar os objetivos propostos pelo trabalho ou projeto. Portanto, os métodos e técnicas utilizados de acordo com as necessidades encontradas no campo de pesquisa se tomam de grande importância para a obtenção de resultados concretos e reais do que se deseja investigar ou conhecer dentro do contexto estudado. Deve-se, desse modo, utilizar as metodologias como forma de orientar o trabalho, adequando-as e inserindo-as durante o processo de obtenção de informações e coleta de dados que são necessários e pertinentes para o sucesso da pesquisa.

Quanto aos envolvidos, foram participantes do Projeto os professores que lecionam no Programa, alguns funcionários do setor administrativo e a equipe Gestora da Unidade Escolar, sempre tendo em vista a prática para a elaboração e implementação das estratégias de uma sistemática de avaliação.

Desta forma, as temáticas abordadas no trabalho apontam diferentes conceitos e concepções acerca da avaliação no Programa Projovem Urbano, (PJU), e para fundamentar este Projeto Vivencial se estudou as contribuições de Salgado (2008), uma vez que a autora discursa acerca das propostas do Programa e sobre os conceitos e modalidades de avaliação utilizadas no PJU. Para um melhor entendimento acerca da avaliação, foram analisadas as diferentes concepções e conceitos de abordagens de avaliação como a **diagnóstica, formativa e a somativa**, na perspectiva de autores como: Esteban (1999); Hoffman (1993); Luckesi (2005; 2004); Menezes (2014) dentre outros. Sendo que os referenciais bibliográficos estudados proporcionaram uma maior compreensão de conhecimentos sobre o processo de avaliação. Desse modo, elaborou-se uma sistemática de avaliação durante a execução do Projeto Vivencial, obtendo, assim, um conjunto de estratégias como resultado do desenvolvimento do Projeto, sistemática e estratégias essas que os professores utilizaram em sua prática educativa, como forma de redimensionar e reorientar o processo de avaliação. Proporcionando aos discentes, por sua vez, maiores chances de se reconhecerem nesse processo de avaliação e autoavaliação, embasados, evidentemente, nos instrumentos utilizados pelos professores para avaliar, dentre os quais se destacam alguns como; o Caderno de Registro de Avaliação (CRA), Sínteses integradoras, Estudos Complementares, Atividades Não Presenciais (ANPs) e etc.

Os estudos acerca dos diferentes conceitos, concepções e abordagens de avaliação, por conseguinte, proporcionaram – principalmente aos professores que lecionam no Programa – uma compreensão de que a avaliação deve obrigatoriamente e necessariamente acontecer durante todo o processo de elaboração e construção do conhecimento. E, com a elaboração desta sistemática de avaliação desenvolvida com a participação dos professores e outros membros da Unidade Escolar, foram obtidos resultados positivos para o processo de ensino e aprendizagem e rendimento escolar dos discentes do Programa, sistemática essa que contribuiu para um maior conhecimento e aprofundamento acerca das estratégias de avaliação, permitindo aos professores e alunos uma ação- reflexão-ação continuada sobre o complexo ato de avaliar.

1 CONCEITOS E FUNDAMENTOS SOBRE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO NO PROGRAMA PROJOVEM URBANO EM UMA ESCOLA ESTADUAL

Segundo o Projeto Pedagógico Integrado (PPI) do Programa, o processo de avaliação que os professores executam ocorre de modo processual, sistemático e

contínuo, intermediado por inúmeros instrumentos e estratégias de avaliação que tem como finalidade estimular e proporcionar aos alunos vários caminhos para obterem um bom desempenho durante o ciclo ou o trimestre estudado. Nessa perspectiva, de sistematização de estratégias de avaliação entendidas e implementadas no Programa, os professores participaram do desenvolvimento do Projeto de modo direto, sendo protagonistas da elaboração das estratégias e sistematização dos métodos avaliativos que foram utilizados com os alunos em sala de aula.

E com relação ao desenvolvimento do Programa Projovem Urbano - PJU em seu Projeto Pedagógico Integrado (PPI), Salgado (2008) elucida que

o Projovem Urbano estabelece diretrizes curriculares e metodológicas que orientam a elaboração de materiais didáticos próprios, a organização do trabalho pedagógico e a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem. Desse modo, a conformação curricular é construída a partir do cruzamento de eixos estruturantes com conteúdos curriculares selecionados (ciências humanas, língua portuguesa, inglês, matemática, ciências da natureza, qualificação profissional e participação cidadã), ou seja, os conteúdos devem ser trabalhados a partir dos seguintes eixos estruturantes: juventude e cultura, juventude e cidade, juventude e trabalho, juventude e comunicação, juventude e tecnologia e juventude e cidadania (SALGADO, 2008, p.21-22).

De acordo com o Programa Projovem Urbano (PJU), a progressão continuada do aluno deve ser buscada num trabalho conjunto entre educadores e jovens, utilizando todos os momentos do curso – ensino, aprendizagem, avaliação e atividades de reforço – para promover o desenvolvimento das habilidades básicas previstas no Programa. Todos os momentos devem ser avaliados, tornando-se uma atividade contínua e adquirindo como base as abordagens ou modalidades de avaliação, cada qual sendo utilizada conforme a situação assim exigir, sempre refletindo que o ato de avaliar nunca significa dar “nota”, mas pressupõe um registro que indique o desenvolvimento dos alunos de acordo com a proposta pedagógica determinada por um programa ou curso. Pois, conforme Salgado (2008), algumas das atividades desenvolvidas pelos alunos são, ao mesmo tempo, de aprendizagem de um processo avaliativo formativo no qual não se pode deixar de, em determinados momentos, atribuir um valor que expresse essa aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos.

Segundo o Portal do MEC, o Programa tem como objetivo principal

e elevar a escolaridade de jovens com idade entre 18 e 29 anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental, visando à conclusão desta etapa por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos integrada à qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania, na forma de curso, conforme previsto no art. 81 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (MEC, 2016, p. 1).

Então, entende-se que o Programa de Inclusão de Jovens, Projovem Urbano, visa integrar os jovens no mercado de trabalho por meio da qualificação profissional, assim como também inseri-los na sociedade através de ações comunitárias, auxiliando-os em seus processos de compreensão e participação quanto a suas funções sociais, tendo como base o exercício da cidadania, para que eles se tornem protagonistas e atuantes nos problemas sociais que afetam sua cidade ou sua comunidade.

Os jovens que estudam no Programa em análise cursam uma modalidade de ensino de Jovens e adultos (EJA) que não acompanha ou não segue os mesmos ritmos ou práticas pedagógicas do ensino regular. O Programa possui um ritmo mais lento e diferenciado para um público também diferenciado, pois lida com jovens que estão afastados há algum tempo do contexto escolar. Possui um Projeto Pedagógico Integrado (PPI) o qual direciona toda a prática pedagógica da equipe docente para atuar com base nos critérios propostos nesse Projeto Pedagógico, visando proporcionar aos jovens uma educação inclusiva, adequando – a prática e os critérios – as condições de vida e de trabalho dos alunos. Um dos critérios que se pode destacar é com relação aos instrumentos e métodos de avaliação utilizados pelo Programa, já que tais procedimentos se adequam às especificidades dos alunos, priorizando suas condições e processos de aprendizagens, sua realidade, de modo que esses jovens são avaliados durante todo o processo de forma processual, contínua e sistemática.

Portanto, o Ministério da Educação acrescenta ainda que

a Lei de Diretrizes e Base da Educação, em seu artigo 37, determina que a Educação de Jovens e Adultos é destinada àqueles que não tiveram acesso à continuidade de estudos no Ensino Fundamental e no Ensino Médio na idade própria, oferecendo-lhes oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses e condições de vida e de trabalho (MEC, 2008, p.3).

Assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação prioriza e disponibiliza uma educação inclusiva para que esses jovens possam recuperar o tempo “perdido”,

trazendo-os de volta para o contexto escolar para darem continuidade aos seus estudos, oferecendo-lhes a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho por meio da formação básica e profissional, dentro, claro, das suas possibilidades de vida e de trabalho, seja informal ou formal. E, quanto aos métodos e estratégias de avaliação, devem priorizar as especificidades dos alunos que estão inseridos nesse contexto.

Com base no exposto, Salgado (2008) comenta que, segundo a concepção do Programa Projovem Urbano,

a avaliação do ensino e aprendizagem constitui um processo cumulativo, contínuo, abrangente, sistemático e flexível de obtenção e julgamento de informações de natureza qualitativa e quantitativa sobre o ensino e a aprendizagem, de forma a obter subsídios para: (a) planejar as intervenções docentes; (b) criar formas de apoio aos alunos que apresentem dificuldades; (c) verificar se os objetivos propostos estão sendo alcançados; (d) obter subsídios para a revisão dos materiais e da metodologia do curso (SALGADO, 2008, p.119).

Entendeu-se, dessa forma, que o processo avaliativo se torna essencial dentro do processo de ensino e aprendizagem se utilizado de acordo com as diversas necessidades encontradas durante o percurso escolar. Deve-se, por conseguinte, inserir nas ações ou práticas pedagógicas as diferentes abordagens ou modalidades de avaliações, seja ela **contínua, diagnóstica, formativa ou somativa**. Se estas não forem utilizadas de forma adequada, atendendo as especificidades de aprendizagem em cada ciclo, poderá dificultar a progressão do aluno, uma vez que o aprendente necessita de um olhar muito cuidadoso por parte dos ensinantes no processo e na forma como é avaliado.

Lembrando que existem inúmeras formas e métodos de avaliação, cabendo aos professores do Programa inserir no processo educativo a sistemática elaborada e implementada por meio da sistematização dos instrumentos de avaliação utilizados pelos professores, como mais uma forma de avaliar e reavaliar, para não correr risco de aprovar ou reprovar o aluno sem fundamentos ou comprovação, ou até mesmo não proporcionando chances para que o aprendente possa refletir sobre como funciona esse processo de avaliar ou autoavaliar-se, possibilitando, dessa maneira, a conscientização de seus avanços e dificuldades, transformando-o ator principal do processo de aprendizagem, conferindo-lhe autonomia e

responsabilidade na condução de seu percurso com a condução e acompanhamento do ensinante.

Dessa forma, no Programa ora empreendido, acreditou-se que para conceber e introduzir um processo ou uma sistemática de avaliação era necessário utilizar métodos, estratégias e abordagens de avaliação como meio de entender e intervir na prática e sistematização dos dados obtidos ao longo do processo educativo.

Com relação aos instrumentos de avaliação, as autoras França e Campelo (2006), citadas por Menezes et al (2014), enfatizam que

os instrumentos que os professores têm utilizado para avaliar o grau de conhecimento de seus alunos estão resumidos a exames pontuais, com hora marcada, alunos distribuídos em filas e, o que deveria acontecer de forma natural se artificializa em rituais que acabam por amedrontar e cercear as possibilidades de verificação de aprendizagem realizadas pelos alunos (FRANÇA; CAMPELO, 2014, p. 55).

Conforme posicionamento das autoras referidas (OP. CIT., 2014), os instrumentos avaliativos que alguns professores utilizam para avaliar a aprendizagem dos alunos fazem parte de uma prática excludente e amedrontadora em algumas escolas, pois não conseguem obter resultados positivos; avaliam de forma hierárquica, com métodos tradicionais que não conseguem enxergar a real aprendizagem dos alunos; avaliam de modo superficial, não possibilitando aos alunos momentos de aprendizagens, de auto avaliações, dentre outros, envolvidos num processo natural, processual e espontâneo.

Com relação ao Programa (PJU) realizado numa Escola Estadual no período noturno – objeto de estudo deste Projeto Vivencial que tem como objetivo analisar as possibilidades de otimização de uma sistemática de avaliação do Programa Projovem Urbano em uma Escola Estadual, tendo em vista os fins educacionais pelos quais ele é implementado –, a avaliação ocorre segundo as seguintes modalidades: **diagnóstica formativa e também somativa**. Sendo que, nessa perspectiva, os alunos são avaliados de acordo com o desenvolvimento das habilidades desenvolvidas durante todo o processo de desenvolvimento do programa e de acordo com as atividades desenvolvidas pelos alunos em sala e extrassala.

Para tanto, percebeu-se que o Programa (PJU) – durante a execução do Projeto Vivencial concernente a sistemática de avaliação elaborada e implementada a partir dos instrumentos de avaliação utilizados pelos professores do Programa, sob a coordenação da aluna do curso de especialização no qual se desenvolveu este Projeto – oferece em seu (PPI) um leque de instrumentos de avaliação que os professores devem utilizar em sua prática, tais como: as atividades não presenciais; os simulados; a frequência, pois os alunos devem atingir 75% de participação e presença em sala de aula; as fichas do caderno de registro de avaliação, sendo que este se torna fundamental neste processo de avaliar e autoavaliar-se, uma vez que os alunos tem a chance de autoavaliar-se de forma contínua, sendo o responsável pela atribuição de suas notas, mesmo que com a supervisão e acompanhamento do professor.

Ou seja, o Programa (PJU) apresenta em sua estrutura pedagógica instrumentos de avaliação que realmente avaliam o aluno de forma ampla, englobando todo o processo de forma concreta, no entanto, alguns professores que atuam no programa ainda não haviam utilizados esses instrumentos de modo eficaz para, assim, proporcionar ao aluno a chance de se reconhecer como parte integrante e significativa neste processo de avaliação.

Com base neste contexto, Hoffman (1993) afirma que o professor durante todo o percurso escolar deve sempre fazer uma autoavaliação, refletir para ter um diagnóstico sobre sua prática e poder identificar os alunos que necessitam de uma intervenção. Os alunos, por sua vez, necessitam de atenção mediada pelo professor em relação aos seus ritmos e processos de aquisição de conhecimentos, porque cada aluno aprende de modo diferente e em diferentes momentos. O processo de avaliar é algo inerente à prática escolar, acontece de forma cotidiana e contínua, como procedimento de rotina, proporcionando a aprendizagem do aluno e respeitando suas fases de desenvolvimento escolar.

Ainda sobre avaliação, Luckesi (2004) comenta que

o ato de avaliar a aprendizagem implica em acompanhamento e reorientação permanente da aprendizagem. Ela se realiza através de um ato rigoroso e diagnóstico e reorientação da aprendizagem tendo em vista a obtenção dos melhores resultados possíveis, frente aos objetivos que se tenha à frente. E, assim sendo, a avaliação exige um ritual de procedimentos, que inclui desde o estabelecimento de momentos no tempo,

construção, aplicação e contestação dos resultados expressos nos instrumentos; devolução e reorientação das aprendizagens ainda não efetuadas. Para tanto, podemos nos servir de todos os instrumentos técnicos hoje disponíveis, contanto que a leitura e interpretação dos dados sejam feitas sob a ótica da avaliação, que é de diagnóstico e não de classificação. O que, de fato, distingue o ato de examinar e o ato de avaliar não são os instrumentos utilizados para a coleta de dados, mas sim o olhar que se tenha sobre os dados obtidos: o exame classifica e seleciona, a avaliação diagnóstica inclui (LUCKESI, 2004, p. 4).

O ato de avaliar a aprendizagem dos alunos no cotidiano escolar se torna algo muito complicado, tanto para aqueles que atuam nesse processo de avaliação como o coordenador pedagógico e a equipe gestora, quanto para o professor que lida diretamente com este processo. Também nota-se que, em alguns casos, nem todos os profissionais da área educacional se encontram preparados e capacitados para entender o processo avaliativo, apenas utilizam métodos ou instrumentos que medem a capacidade do aluno de forma superficial com base apenas nas “notas” que se obtêm nas “provas”, sem antes fazerem um diagnóstico ou intervenções quando necessárias, para reverem quais as reais necessidades e dificuldades enfrentadas pelos alunos no decorrer de todo o ano letivo.

Então, os professores devem se valer de todos os instrumentos e técnicas que se dispõem, sem centralizar-se apenas em “provas”, que, na verdade, na maioria dos casos não mede a real capacidade e conhecimentos adquiridos pelo aluno durante o bimestre. Essa proposta deve ser adotada, como forma de somar e orientar a prática docente, não apenas pelos professores do Programa que participaram e elaboraram a sistemática de avaliação e reorientaram suas práticas avaliativas, mas também pelos demais educadores que lecionam em diferentes turnos na Escola a qual se realizou o Projeto Vivencial.

Vale ressaltar que a elaboração desta sistemática de avaliação tornou-se uma espécie de “salvação” para a prática avaliativa, cujos instrumentos de avaliação utilizados pelos professores do Programa subsidiaram sua construção e implementação. Sendo que essa sistemática consistiu em um conjunto de estratégias e métodos sistematizados a partir dos instrumentos de avaliação em que o Programa pauta no (PPI) como forma de orientar, redimensionar, refletir e intervir no processo de avaliação, sempre internalizando um olhar crítico, sobre a prática educativa para que outras estratégias sejam construídas e implementadas no

contexto escolar, sempre buscando soluções e alternativas para proporcionar aos alunos uma aprendizagem concreta e prazerosa.

Nesse sentido, conforme cita Esteban (1999, p. 15), “a avaliação escolar nesta perspectiva excludente, silencia as pessoas, suas culturas e seus processos de construção de conhecimentos; desvalorizando saberes fortalece a hierarquia” [...]. São notórias as deficiências do sistema – professores mal remunerados; profissionais sem capacitação; escolas sem recursos suficientes para suprir as necessidades em tempos hábeis; evasão escolar; dentre outros problemas vistos em algumas Instituições Educacionais – que, juntas, excluem e desvalorizam ainda mais os conhecimentos e saberes das pessoas que buscam na escola uma maneira de integrar-se a uma sociedade verticalmente hierarquizada.

E nessa escola, na qual se realizou o Projeto Vivencial com professores que lecionam no Programa Projovem Urbano, também não é diferente. Enfrenta-se muita dificuldade em relação ao ato de avaliar e seus processos de desenvolvimento: os alunos faltam bastante, os recursos metodológicos às vezes não estão disponibilizados para a realização de algumas atividades a serem desenvolvidas pelos alunos em sala de aula; alguns professores não inserem em sua prática um processo de avaliação com base em uma sistematização dos dados obtidos, como forma de intervir no processo de avaliação quando for necessário, dentre outros fatores.

Se, conforme cita Menezes et al (2014), o aluno não for estimulado a conhecer como se desvela o processo de avaliação realizada pelo professor com base em seu desenvolvimento – de que forma, para quê e porquê, ele está sendo avaliado –, a prática de avaliação se tornará uma prática amedrontadora e alienadora dos reais conhecimentos que esses alunos virão a adquirir inseridos nesse contexto.

Por isso que práticas avaliativas seletivas e excludentes devem ser evitadas, conforme afirmam Pereira e Sousa, (2004) citado por Menezes et al (2014) “salientam que é preciso, [...] atenuar posturas avaliativas classificatórias e evoluir para abordagens de ensino [...] mais compatíveis com as necessidades dos alunos” [...] (2004;2014, p.55). Desse modo, ao contrário das práticas tradicionais, faz-se necessário ampliar os conhecimentos a partir de práticas avaliativas que tenham

como base estratégias e métodos voltados para intervir e melhorar a aprendizagem do aluno – tal como foi realizada a sistemática de avaliação elaborada pelos professores que atuam no Programa e participantes do Projeto Vivencial desenvolvido nesta escola estadual citada em outros momentos deste trabalho –, esses conhecimentos fomentaram os professores a refletirem sobre suas estratégias de avaliação, pois parte dos ensinantes não percebe que os alunos podem ter evadidos do contexto escolar por causa dos métodos de avaliação excludente adotados em sala de aula.

Portanto, tendo em vista a necessidade de redimensionar essa prática avaliativa classificatória adotada por alguns professores do Programa, foi implementada uma sistemática de avaliação – desenvolvida pelos próprios professores que atuam no Programa (PJU) em estudo – com base, por um lado, na aprendizagem dos alunos participantes do Programa e, por outro, no modo como os professores avaliam estes alunos por meio dos instrumentos avaliativos dos quais o Programa dispõe. Essa proposta posiciona os aprendentes mais como agentes na e da avaliação do que pacientes, pois eles são os sujeitos mais importantes do processo educativo.

Segundo Salgado (2008), a avaliação nesse sentido deve proporcionar chances ao aluno para que este possa se autoavaliar, despertando o interesse no sentido de apreender - aprender, sendo que suas habilidades e potencialidades devem ser avaliadas de forma positiva, como algo que possa aprender a partir daqueles conteúdos que não conseguiram ter êxito, ou seja, aprender a partir dos seus próprios erros.

A avaliação como instrumento de práticas excludentes e punitivas, adotadas por algumas instituições educacionais, não condiz com a realidade e necessidades dos alunos que as frequentam, porque se tornam práticas e métodos que alienam de forma desumana o desenvolvimento crítico dos alunos, pois são avaliados apenas pelos conteúdos transmitidos em sala de aula, de forma que se os aprendentes não decorarem os conteúdos para a realização de um teste com data e hora marcada, com carteiras enfileiradas, com métodos de avaliação tradicionalmente ultrapassados e hierárquicos, são considerados por alguns professores como insuficientes. No entanto, conforme já foi dito, a avaliação, segundo Esteban (1999),

necessita de um olhar exclusivo/crítico por parte de todos que estão inseridos diretamente no processo de ensinar e aprender para que ela, a avaliação, não se torne um segregador social.

Nessa perspectiva, como forma de comparação, os professores que lecionam no Programa Projovem Urbano (PJU) desenvolvem posturas avaliativas com base nas dificuldades do aluno, utilizando os instrumentos de avaliação determinados pelo Programa, de forma sistematizada, contínua e processual, adequando-os a realidade dos alunos e ao contexto escolar; trabalham na perspectiva de desenvolver as habilidades e competências dos alunos, avaliando de acordo com sua aprendizagem, sendo que esta acontece de forma um pouco lenta e diferenciada, pois a maioria dos alunos que frequentam o Programa se encontra fora do contexto escolar há alguns anos, tendo a chance de retomar seus estudos novamente com a implantação do Programa.

Além disso, acrescenta-se ao já mencionado que o Programa apresenta em sua estrutura métodos ou instrumentos de avaliação diferenciados do Ensino regular, e o professor precisa conhecer e dominar esses métodos e formas de como se trabalhar a avaliação, aliados aos autores estudados e as abordagens de avaliação, como também aos conhecimentos adquiridos nos Cursos de Formação Inicial e Continuada realizados pelo Programa.

Em consonância com a ideia apresentada, a autora Melchior (2001) afirma que

a avaliação serve, antes de tudo, para identificar como o aprendiz está se movimentando frente às novas aprendizagens, o que já é de seu domínio, os objetivos que ele ainda não alcançou e quais são as suas dificuldades. Com essas informações, o professor pode refletir sobre o processo desenvolvido na busca da compreensão sobre o que poderia ser melhorado ou que outras atividades podem ser propostas para uma maior aprendizagem. Assim, ele planeja a continuação do processo a partir disso (MELCHIOR, 2001, p.8).

Nesse sentido, como forma de reforçar a ideia acima, Esteban (1999) complementa que “o processo de avaliação do resultado escolar dos alunos [...] está profundamente marcado pela necessidade de criação de uma nova cultura sobre avaliação, que ultrapasse os limites da técnica” [...] (ESTEBAN, 1999, p. 8). É por isso que há a necessidade de um processo de avaliação escolar que explore o que cada aluno pode oferecer de melhor; que trabalhe as necessidades e singularidades

de forma que os aprendentes possam se expressar, debater e aprender de modo espontâneo; que os incentivem a prosseguir e progredir no processo educacional por meios de práticas que estejam voltadas para a aprendizagem do aluno, de modo que não se sintam pressionados ao realizar um teste. Ou seja, que se busquem outras e várias maneiras e formas para a superação, talvez até mesmo a supressão, do processo de avaliação inteiramente técnico e mecanicista.

É por causa desse norte de superação que a sistemática elaborada pelos professores que atuam no programa (PJU) durante o projeto Vivencial desenvolvido em uma Escola Estadual, com o intuito de reorientar as estratégias de avaliação a partir dos instrumentos que os professores do Programa já utilizam em sua prática pedagógica, tornou-se de grande relevância, pois os professores inseriram a sistemática na sua prática docente como um instrumento de orientação contínua, podendo assim orientar outros professores do seu ciclo de amizades, assim como também os demais professores que atuam em turnos opostos nesta escola estadual a qual se realizou o Projeto Vivencial. Inserindo, por conseguinte, em sua prática pedagógica, essa sistemática de avaliação como uma forma de orientar o trabalho pedagógico e conseqüentemente suas práticas de avaliação.

Percebeu-se, no decorrer da vivência, que essa sistemática de fato foi inserida no contexto do Programa e foram obtidos resultados positivos com relação ao processo de ensino e aprendizagem, pois os professores aos poucos estão ampliando sua visão e sua prática de avaliação proporcionando ao aluno as reais chances de se autoavaliarem de forma consciente, e sabe-se que para que estas mudanças de fato aconteçam depende em grande parte do professor em está sempre aberto a mudanças significativas e transformadoras, com o foco sempre nos processos de aprendizagens dos alunos.

Dessa forma, para uma melhor compreensão acerca dos conceitos sobre os processos avaliativos e suas conseqüências no contexto educacional, podemos destacar algumas das abordagens avaliativas as quais Menezes et al (2014) conceituam como **avaliação formativa** e a **avaliação somativa**. Sendo que a **avaliação formativa** segundo Gatti (2003) citada por Menezes et al (2014) deve estar “voltada para o desenvolvimento dos alunos e não para cumprir uma

formalidade burocrática – passa/ não passa – ou mesmo para satisfazer o exercício de autoritarismos ou autoafirmações pessoais” (MENEZES, 2014, p. 56).

Com relação ao programa, o processo de avaliação acontece de forma processual e contínua, conforme já foi dito em outra parte deste trabalho, assim como a abordagem **somativa** também. Nessa perspectiva, os professores participantes deste Projeto elaboraram uma sistemática de avaliação pensando justamente em proporcionar aos alunos que frequentam o Programa um tipo de avaliação em que eles possam ter a chance de se autoavaliar, assim como também orientar os professores do Programam em relação a redimensionar os instrumentos de avaliação adotados por eles no Programa, utilizando-os de forma adequada com o intuito de se fazer intervenções à medida que forem sendo realizadas as atividades em sala de aula e os demais processos necessários à prática pedagógica.

A avaliação somativa na concepção de Menezes et al (2014) quando

[...] endossada por práticas pedagógicas que concentram esforços para atribuir mérito, mais do que um procedimento educacional confere status e reforça o discurso capitalista de exclusão e de sucesso, mais do que restrita ao ambiente escolar e, é um elemento que compõe os discursos sobre valor e a competência na sociedade de modo geral (MENEZES et al., 2014, p. 47).

Com base nos autores analisados, a avaliação formativa é a que melhor se adequa ao processo de ensino e aprendizagem, pois esse tipo de avaliação acontece antes, durante e ao final do processo, durante todo o ano letivo, com a finalidade de identificar aspectos que possam influenciar nos resultados, levando ao aprimoramento do que se tem como objetivo, como foco, que é a concreta aprendizagem do aluno a partir dos seus próprios erros, não sendo ignorados aspectos que possam contribuir para a sua aprendizagem. Ao contrário da formativa, a avaliação **somativa**, na concepção de Menezes et al (2014), está endossada por práticas avaliativas que buscam apenas o mérito do aluno, em classificar o aluno em aprovado e reprovado, reforçando ainda mais a ideia de exclusão e evasão escolar, já que por meio dela os alunos se sentem sem estímulos para continuar a estudar, sendo que a avaliação se torna um fator determinante para desencadear outros fatores que possam “acabar” com a trajetória escolar dos alunos.

Durante o processo de realização do Projeto Vivencial na Escola em que acontece o Programa se pode observar e estudar aspectos que contribuíram para entender esse processo e tipos de avaliação porque, embora ainda não entendessem como elaborar a sistematização dos instrumentos com base nos processos avaliativos, os professores participantes já possuíam alguns conhecimentos acerca dos tipos de avaliação. Em virtude disso foi que, à medida que conheciam de modo mais aprofundado as abordagens de avaliação **diagnóstica, formativa e somativa**, explicadas pela pesquisadora durante a realização e implementação deste Projeto num período de 80h com os professores que atuam no Programa, e aliado aos instrumentos que fazem uso em sua prática, os ensinantes puderam entender melhor o quanto a sistemática de avaliação, se bem aplicada e seguida de modo contínuo, com a finalidade de entender o processo de como e para que avaliar, torna-se uma peça fundamental para a superação e ampliação dos processos de avaliação dentro do Programa.

Sabe-se que, em alguns contextos escolares, sempre existem aqueles professores que avaliam apenas por atribuição de “notas”. No Programa ora visto não seria diferente com relação a esse aspecto, ou seja, também há professores no Programa que não avaliam ou não intervêm no processo de aprendizagem dos alunos quando necessário, apenas lhe atribuem “notas”, avaliando de acordo com a modalidade de avaliação **somativa**, procedimento esse que, como já vimos em argumentação anteriores, surte pouco efeito ou até nenhum. Avaliar apenas por intermédio de “notas”, sem ao menos interferir quando necessário, refletindo em que momentos se devem intervir, faz com que esses alunos não se tornem cidadãos críticos. Ora, a continuidade ou aplicação dessa conjuntura avaliativa conservadora, prejudica os educandos ainda mais, pois a própria sociedade já os exclui do meio social por meio de inúmeros fatores como: residirem em bairros de relevante pobreza; conviverem com vários tipos de violência; falta de oportunidade de emprego, provocada talvez até pela baixa escolaridade; pelo modo como se vestem e falam, dentre outros fatores; fatores esses enfrentados cotidianamente pelos alunos.

Então, a Escola, assim como o (P)JU, deve avaliar os alunos de modo que os proporcionem concretas aprendizagens para que adquiram e sejam estimulados a sempre buscarem conhecimentos para que sua realidade possa ser diferente,

sendo que eles podem e querem uma educação de qualidade para conseguir de fato uma oportunidade de serem “aceitos” neste cenário social tão desumanamente árduo.

E os professores, junto à equipe Gestora da Escola que foi cenário da experiência pedagógica empreendida nesse projeto, devem sempre refletir acerca do processo de avaliação consciente que deve ser constante e no decorrer da produção do conhecimento desses alunos; pensar sobre como esses aprendentes se desenvolveram; se as atividades realmente supriram suas necessidades e deficiências, uma vez que cada educando aprende de modo diferenciado, pois nenhum ser é igual a outro ser e cada um tem seu próprio ritmo, meio de aquisição e construção de conhecimentos.

Percebeu-se, de acordo com o que já foi dito, que **avaliação somativa** determina o mérito dos alunos em algumas Escolas, inclusive na escola em que os alunos do Programa em análise estudam. Este tipo de avaliação reforça a ideia de exclusão e de classificação, pois os alunos são avaliados apenas pelas suas “notas”: se o aluno tirou “nota” abaixo de sete é considerado “mau”, se tirou “nota” acima de sete é considerado um aluno “bom”; isto é, não se analisa, ou levam em consideração, suas habilidades e competências, se restringindo apenas aos resultados obtidos de modo quantitativo, contabilizados por meio das “notas” que lhe foram atribuídas no final de um ciclo ou de um bimestre.

No caso dos alunos do Programa essa é uma das realidades, eles foram avaliados por alguns professores por meio somente da **avaliação somativa**, sem analisar todo o processo. Já na outra realidade, o Programa tem professores que trabalham as abordagens avaliativas de forma adequada, avaliando os alunos de forma **diagnóstica, formativa**. Numa terceira realidade, porém, esses mesmos professores que praticam uma avaliação mais inclusiva, também aplicam a avaliação **somativa** porque ela faz parte obrigatoriamente do Sistema Educacional de Ensino como forma de comprovar e avaliar por meios de números a aprendizagem.

Na verdade, observou-se que essa abordagem de **avaliação somativa**, não avalia a efetiva construção dos conhecimentos dos alunos de forma processual e contínua, se não criar um elo com as demais abordagens, assim como a **avaliação formativa**, pois sabemos que infelizmente ainda existem Escolas que optam por

este tipo de avaliação que não cria mecanismos, meios e nem estimula o aluno a querer estudar. Esses aprendentes se sentem incapazes, sem expectativas, e acabam por desistir dos estudos, por vezes até são meio que “forçados” a agirem assim, devido a forma ou estratégias que alguns professores utilizam para avaliá-los.

Para tanto, a Escola, na função da Gestão e da Coordenação Pedagógica, assim como os professores do Programa Projovem Urbano, tem por obrigação proporcionar subsídios, criando métodos de aprendizagens, elaborando e utilizando estratégias ou sistemáticas de avaliações – como a já implementada – que proporcionem ao aluno uma aprendizagem baseada na construção crítica do conhecimento, por meio das inúmeras alternativas e caminhos, uma vez que esses alunos que frequentam o Programa necessitam de um olhar cuidadoso por parte dos professores que lidam diretamente com o processo de ensino e aprendizagem, e como ninguém conhecem suas inquietações e suas especificidades, estão em busca de aprender e concluir os estudos para ingressar no mundo do trabalho e ser uma pessoa educadamente transformada.

E os professores, enquanto atores protagonistas desse processo, devem sempre buscar formas e estratégias para que sua prática tenha sentido; que sejam professores preocupados em despertar no aluno seu censo crítico com relação às adversidades e diversidades do mundo. E vale salientar que o professor não está sozinho nesse contexto, pois necessita de uma Coordenação Pedagógica e uma Gestão Escolar voltada para trabalhar de modo coletivo, autônomo, autêntico e contínuo na perspectiva de uma ação-reflexão-ação, pois segundo Freire “[...] o importante é que a reflexão seja um instrumento dinamizador entre teoria e prática” (2001, p. 39). Ainda em Freire (2001), a reflexão é o movimento realizado entre o fazer e o pensar, entre o pensar e o fazer, ou seja, no pensar para o fazer e no pensar sobre o fazer. No entanto, com o exercício constante, a curiosidade vai se transformando em crítica. Por isso, não basta apenas pensar e refletir, é preciso que tal reflexão leve o profissional a uma ação transformadora, fazendo-o pensar sobre os seus desejos, vontades, histórias, para atender as metas e propostas da Educação.

Com relação à **avaliação diagnóstica** Salgado (2008) comenta que

a **avaliação diagnóstica** é sempre lembrada como a que acontece antes, na fase inicial de um trabalho, com a função básica de obter informações sobre os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem e sobre o contexto em que a ação pedagógica se desenvolve, possibilitando a definição ou redefinição dos objetivos do trabalho e do caminho a ser percorrido para alcançá-los. (SALGADO, 2008, p. 123)

Este tipo de avaliação tem a função de fazer um diagnóstico na fase inicial do processo avaliativo para a obtenção de conhecimento e informação acerca do contexto ou o caminho a ser seguido no processo de ensino e aprendizagem. Ou seja, conhecer o contexto ao qual se vai trabalhar para identificar em tempo hábil quais as ações e intervenções necessitará serem inseridas durante ou ao longo do tempo. Mas não necessariamente este tipo de avaliação deve acontecer apenas na fase inicial do trabalho, é necessária também ao longo de todo o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, pois ajuda na compreensão dos resultados que serão obtidos, sejam eles positivos ou negativos, fornecendo subsídios para as intervenções se assim forem necessárias.

Por conseguinte, durante a experiência pedagógica desenvolvida neste trabalho com os professores do Programa, e segundo observações em momentos de reflexões e debates dos conceitos e abordagens de avaliação durante este período, notou-se que, mesmo que alguns não lembrassem mais as diferenças entre as modalidades de avaliação e a importância de inserir essas abordagens em suas práticas pedagógicas no Programa, os professores utilizam os instrumentos de avaliação conforme determina o Programa, sendo que avaliam os alunos de acordo com as atividades realizadas em sala, com pesquisas em várias fontes durante as atividades não presenciais, e assim por diante. E como resultado para um melhor desenvolvimento da prática educativa dos professores, elaborou-se uma sistemática de avaliação a partir dos instrumentos ou estratégias que utilizam para avaliar o nível de aprendizagem dos alunos.

Em contrapartida, Luckesi (2005) afirma que

a avaliação da aprendizagem exige a apropriação dos conceitos de forma encarnada, traduzidos no cotidiano das nossas salas de aulas. Não bastam somente bons discursos, importam boas ações baseadas em conceitos adequados (LUCKESI, 2005, p. 29).

Conforme o autor, a avaliação deve se pautar em conceitos que possam refletir na sala de aula uma aprendizagem concreta, em que o professor possa

utilizar instrumentos avaliativos que diagnostique e intervenha sempre que necessário. Esses instrumentos devem ser utilizados no Programa para que bons resultados possam ser alcançados durante a trajetória a ser percorrida, tendo em vista que alguns professores do Programa ainda utilizam métodos de avaliação que não concretizam a real aprendizagem dos alunos.

Diante disso, fez-se necessário, nesse processo de ensino e aprendizagem do Programa, a elaboração e implementação de uma sistemática de avaliação pautada nos instrumentos de avaliação que os professores do Programa já utilizam em sua prática como um mecanismo de orientação e redimensionamento de sua prática docente. Sendo que essa sistemática foi elaborada durante um período de 80h com a participação direta dos professores do programa, coordenados pela aluna do curso de Pós-Graduação em exercício e também professora do programa em estudo, por meio de estudos exploratórios e observações obtidas durante o período de execução deste Projeto no contexto escolar. Salientando que o aluno, nesse contexto, é a peça central, e o professor, como mediador, deve sempre pensar em sua prática e na aprendizagem dos alunos, como fator de extrema importância, estudando e elaborando estratégias e métodos para que se possam transformar algumas práticas de avaliação excludentes.

Nesse sentido, o professor deve ir além da sala de aula, conforme enfatiza Melchior (2001), "compete ao professor encontrar as estratégias de avaliação adequadas para mobilizar ao aluno a querer aprender, ter confiança em si, em relação a sua capacidade e esforçar-se para compreender o que está sendo proposto" (MELCHIOR, 2001, p. 24). Então, com base na autora, deve-se fazer a junção da teoria com a prática, sabendo que uma não existe sem a outra, que as ações devem se basear em conceitos que realmente causem efeito no cotidiano escolar. Pois não adianta conhecer ou dominar teorias, se as ações executadas continuam as mesmas, precisa-se investir em mudanças e melhorias para reverter os processos avaliativos, em práticas que incluam o aluno como ser humano em constante processo de desenvolvimento e formação.

Dessa forma, a avaliação deve ser vista como uma estratégia de nortear o aluno e não como uma prática impositiva e excludente. Nesse aspecto, a avaliação tem a finalidade de mostrar ao professor a efetiva aprendizagem do aluno, assim

como a sistemática de avaliação elaborada para atender as necessidades dos professores que lecionam no Programa mostra se as estratégias estão lhes servindo de subsídios para analisar suas práticas de avaliação. É fato, pois, que todos os professores necessitam de um roteiro, método, para construir o processo de produção de conhecimentos dos alunos, assim como também para medir seu desempenho com base nos diagnósticos realizados anteriormente, mais especificamente falando nos processos de avaliação que são inerentes a prática pedagógica.

Em consonância ao exposto Hoffman (1993) argumenta que

a avaliação é uma reflexão permanente do educador sobre a realidade e acompanhamento passo a passo do educando na sua trajetória de construção de conhecimento. [...] a avaliação é inerente e indissociável da aprendizagem enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação. A avaliação é reflexão transformada em ação que nos impulsiona para novas reflexões (HOFFMAN, 1993, pp. 206-207).

Com base na citação da autora, cabe a nós, enquanto educadores e formadores de cidadãos aptos para atuar na sociedade na qual se está inserido, lutar por uma educação libertadora fazendo sempre uma ação- reflexão- ação sobre a prática, e a partir dessa reflexão de modo continuado transformar o contexto escolar, acompanhando sempre o aluno durante toda a sua trajetória escolar; selecionando todos os recursos necessários como uma espécie de diagnóstico para que se possa ter uma melhor compreensão naquilo que necessita intervir e conseqüentemente obter os melhores resultados. Utilizar ainda a avaliação como uma ferramenta a serviço da aprendizagem com apropriação dos conceitos de forma interiorizada, e a partir disso realizar ações interventivas com base nesses conceitos.

A partir dos conhecimentos adquiridos e discutidos de forma coletiva, acerca deste processo de avaliação escolar, construiu-se ou elaborou-se uma sistemática de avaliação que os professores do Programa consideraram ser uma experiência de aprendizagem riquíssima. E, como resultado desse trabalho, os educadores utilizaram a sistemática em sua prática docente como uma forma de orientar-lhes para intervir durante todo o processo educativo.

Diante do exposto, sobre o processo de conceituação, abordagens e sistematização de avaliação no Programa Projovem Urbano (PJU), pode-se agora

partir para a descrição e caracterização da realização do Projeto Vivencial de modo mais detalhado com a participação de alguns educadores do Programa, pois se enfrentou algumas dificuldades em reunir toda a equipe do Programa, a Gestão e alguns funcionários do setor administrativo de uma Escola Estadual na cidade de Cajazeiras. E, para a realização desse projeto, fez-se também uso de pesquisas bibliográficas, análise documental, encontros pedagógicos, elaboração de sistemáticas ou estratégias de avaliação no Programa, roteiro de observações, para um melhor entendimento de como funciona a Escola em seus diversificados setores.

2 CARACTERIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROJETO VIVENCIAL SOBRE O PROGRAMA PROJovem URBANO EM UMA ESCOLA ESTADUAL

O Projeto Vivencial que resultou neste trabalho acadêmico foi realizado na Escola Estadual de Ensino Médio Cristiano Cartaxo (E.E.E.M.C.C.), sediada na cidade de Cajazeiras-PB, e se estendeu por um período de 80h, iniciando no dia 05 e terminando no dia 21 de Julho de 2016.

As observações realizadas em estudos exploratórios durante o desenvolvimento do Projeto na Escola foram de fundamental importância para obter dados relevantes e eficazes para que a pesquisa tivesse êxito e resultados satisfatórios para a sua real efetivação. Neste sentido, as autoras Marconi e Lakatos elucidam que

a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar (MARCONI; LAKATOS, p.190, 2003).

A observação foi uma das técnicas utilizadas neste projeto, e teve fundamental importância para se conseguir obter algumas informações relevantes para o desenvolvimento do Projeto. De acordo com os dados obtidos pela pesquisadora e professora do Programa, durante a execução do Projeto Vivencial nessa Unidade Escolar, constatou-se que existem vários níveis de Ensino, por exemplo: o Regular no período da manhã; o Médio Técnico no período da tarde; e as Modalidades de Ensino como Educação de Jovens e Adultos (EJA), e o Programa de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano) no período noturno. Quanto ao

espaço, a escola possui uma estrutura física bem ampla e conservada. Desde a entrega do termo de apresentação até os momentos finais do Projeto Vivencial, uma das Gestoras da Escola demonstrou muito respeito e atenção, que foi de fundamental importância para o desenvolvimento deste Projeto Vivencial desenvolvido com os professores do programa Projovem Urbano.

Para um melhor aperfeiçoamento e desenvolvimento do Projeto, utilizou-se ainda como método a abordagem qualitativa, pois, para Minayo (2001), esse tipo de abordagem responde a questões muito particulares, ela se preocupa com um nível da realidade que não pode ser quantificado. Ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos. Essa abordagem é muito importante para se conhecer de modo mais aprofundado o contexto ao qual se vai estudar porque possibilita ao pesquisador ter uma relação mais próxima, mais “íntima” com a realidade que se deseja investigar. Ela tem como objetivo entender de modo mais amplo, e por muito mais tempo, os processos e fenômenos acontecidos durante a coleta de dados no contexto pesquisado.

O Projeto Vivencial deriva da Disciplina de Conclusão do Curso *Lato sensu* em Planejamento e Gestão Escolar, da Universidade Federal de Campina da cidade de Cajazeiras-PB, ministrada pelo Coordenador e Professor Wiama de Jesus Freitas Lopes. Foi uma experiência vivenciada com professores do Programa Projovem Urbano e alguns funcionários da já mencionada Escola. Para a realização dos estudos exploratórios e encontros com os professores que atuam no Programa Projovem Urbano da Escola Estadual, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica sobre a temática, em virtude de ser um método revestido de importância porque fornece dados relevantes para a pesquisa, pois conforme as autoras Marconi e Lakatos comentam que

a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. (MARCONI; LAKATOS, p.183, 2003).

Então, entendeu-se que o uso das técnicas e metodologias utilizadas de forma adequadas se tornam necessárias para o desenvolvimento de qualquer pesquisa, como forma de se obter melhores resultados com precisão, tendo como base o contexto estudado. A pesquisa bibliográfica se torna necessária em todos os tipos de pesquisas ou projetos, pois se deve conhecer de modo mais aprofundado as teorias para posteriormente relacioná-las com a prática.

Dessa forma, deve-se continuar com as etapas de condução, execução e descrição do Projeto. Inicialmente, a pesquisadora entregou o termo de apresentação para a Gestora da Escola, explicando o modo, para quais fins e os objetivos pelo qual se realizaria esse projeto. No dia seguinte, a aluna do Curso de Especialização a qual desenvolveu essa experiência pedagógica reuniu-se com alguns dos membros da Escola que assim dispunham de tempo, juntamente com os educadores do Programa para explicar-lhes o Projeto Vivencial que tem como objetivo analisar as possibilidades de otimização de uma sistemática de avaliação do Programa Projovem Urbano em uma Escola Estadual, tendo em vista os fins educacionais pelos quais ele é implementado.

Desse modo, constatou-se a necessidade de implementar uma sistematização, ou sistemática, dos processos e instrumentos de avaliação utilizados no Programa como uma forma de incentivar e estimular os professores a refletirem e redimensionarem sua prática de avaliação a partir dos instrumentos e das abordagens de avaliação já implementadas por eles durante o Programa. No decorrer dos dias foi dada continuidade ao desenvolvimento do Projeto de modo mais aprofundado, no qual se realizou um encontro pedagógico em que iniciou-se com uma mensagem “milho de pipoca” do autor Rubem Alves¹. Então, logo após a leitura da mensagem, fez-se uma reflexão, sobre como os professores se veem nesse processo educacional.

¹ Disponível no link: <https://mscamp.wordpress.com/2009/03/02/milho-de-pipoca---rubem-alves>. Acessado em: 05/07/2016 às 20h:18min. Esta mensagem “milho de pipoca” foi escolhida por retratar de forma diferente e dinâmica uma reflexão acerca da prática do professor, quando faz referência a um “milho de pipoca”, ou seja, aquele professor que não consegue despertar reflexões e nem transformar sua prática pedagógica escolar, que não está aberto para mudanças, que não passa pelo os obstáculos enfrentados no contexto escolar como uma experiência de aprendizagem, sendo aquele “milho de pipoca” que não estourou, ou seja, que não conseguiu transformar e nem aprender com as experiências vivenciadas.

Depois, explicou-se, por meio de slides, para os professores do Programa, os princípios e fundamentos que norteiam o Programa, os ideais, os objetivos, o perfil dos professores que o Programa pauta, assim como também se explicou como se iria elaborar uma sistemática de avaliação que seria implementada pelos professores do (PJU), em sua prática pedagógica, a qual foi coordenada de modo sequencial. De início, teve-se que abordar os princípios e fundamentos do Programa, para posteriormente explicar os conceitos e abordagens acerca da avaliação, para que os professores conseguissem entender o processo de avaliação de forma mais clara, assim como também o complexo ato de avaliar utilizando-se como base os autores estudados.

Todavia, convém mencionar que o Programa apresenta instrumentos de avaliação um pouco diferenciados do Ensino Regular. Os instrumentos são mais diversificados porque têm o objetivo de proporcionar aos alunos maiores chances e alternativas, mas essa proposta só é possível se forem utilizados pelos professores do Programa de modo mais dinâmico, considerando as condições dos alunos de autoavaliar-se. Mediante esses fatos, então foi elaborada uma sistemática de avaliação de forma coletiva entre os professores, sob a coordenação da aluna do curso de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão Escolar.

Em outro encontro pedagógico, iniciou-se com um texto motivacional acerca do difícil processo de avaliar, para que os professores reflitam sobre sua prática pedagógica de modo mais dinâmico ou interativo. Em outro momento, explicou-se em slides a sistematização das abordagens e princípios avaliativos, com base nos autores citados no Design do Projeto. Em seguida, realizou-se uma discussão ou debate para uma melhor compreensão acerca da temática em estudo. Então, ao final do debate, os professores se reuniram de forma coletiva, e em grupos, para responderem questões de orientações e depois apresentarem para todos o que eles já fazem no Programa e, com base nas respostas, elaborou-se uma síntese sobre o que apresentaram acerca dos instrumentos de avaliação do Programa.

No encontro seguinte, apresentou-se o que os professores do Programa e participantes da execução deste Projeto sistematizaram em suas sínteses, depois se explicou sobre os tipos de avaliação novamente, como se avalia, por que e para quê, dentre outros aspectos dessa natureza. Dessa forma, foram distribuídas as

sínteses do que os professores já executam no programa, e de posse das explicações sistematizaram um dado, uma sistemática de avaliação dentro da procedimentalização que executam no Programa.

E, finalmente, depois de todas as explicações e debates, os professores de posse das sínteses abordadas por cada grupo, de modo coletivo, escolheram a que melhor se adequaria ao Programa. Elaboraram uma única sistemática a qual os critérios de avaliação, ou dados, se estruturam num conjunto devidamente organizados e sistematizados, sistemática essa que foi utilizada pelos professores do Programa Projovem Urbano. No entanto, ressalte-se, que a sistemática elaborada não é estanque, os demais professores da Escola podem adotar essa sistemática de avaliação, fazendo os ajustes que acharem necessário em suas práticas pedagógicas.

E, por último, ao término da execução do Projeto foi agradecido a todos os participantes que colaboraram para o seu desenvolvimento de modo atencioso e participativo. Entendido aqui que a sistematização e procedimentalização dos dados empreendidos e elaborados na sistemática de avaliação pelos professores do Programa não necessariamente deve acontecer seguindo uma mesma procedimentalização, os professores podem adequar, ajustar conforme sua prática, pois são apenas orientações em que os professores podem pautar suas intervenções pedagógicas acerca do processo de avaliação adotado em sua prática.

E, nesse ínterim, durante o período de processo de implementação do Projeto Vivencial, aplicou-se um roteiro de observações com a Gestão e alguns membros da Escola em que se obtiveram os dados que informam o funcionamento da Escola em sua ampla estrutura. Então, fez-se a caracterização da Escola com os seguintes dados observados e analisados.

Iniciou-se o roteiro de observações e análise documental com alguns funcionários da escola, essa técnica, segundo (Menga e André, 1986), constitui uma técnica indispensável e importante para a pesquisa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. Com o uso dessa técnica tornou-se capaz se conhecer o quadro e funcionamento da escola de modo mais amplo e outras informações de forma mais aprofundada. Por meio das informações obtidas por alguns dos funcionários da

Unidade Escolar que possui 35 docentes e 40 não docentes, anotou-se que a instituição tem: 02 (duas) diretoras, 01 (um) Coordenador Pedagógico, que atua nos dois turnos manhã e tarde, 35 (trinta e cinco) professores, todos com formação superior em áreas específicas e 08 (oito) merendeiras. No que se refere aos professores, estão dispostos da seguinte maneira: 13 (treze) professores ministram durante o turno da manhã e 10 (dez) durante o turno da tarde; e durante o turno da noite são 12 (doze). A clientela é composta de 563 (quinhentos e sessenta e três) alunos distribuídos durante os três turnos.

A Escola² Estadual possui ainda 11(onze) salas distribuídas em sua ampla estrutura como: sala de música, sala de professores (aonde acontece as reuniões pedagógicas e etc), diretoria, secretaria, biblioteca, laboratório de informática, sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que no momento não está funcionando por falta de profissional capacitado, sala do Projovem Urbano e refeitório. Possui também um ginásio para a realização da prática de esportes e eventos da Escola. E, por último, nas salas de aulas as quais funcionam nos três períodos ou turnos, as condições são regulares, as salas são espaçosas, mas a ventilação é pouquíssima, pois a maioria dos ventiladores encontra-se sem funcionamento e necessitam de consertos, por esse motivo os alunos se sentem muito sufocados já que a quantidade de alunos por sala é grande, principalmente nos turnos manhã e tarde, são pelo menos uns trinta a trinta e cinco por sala.

A disponibilidade financeira, segundo a funcionária responsável pelo setor financeiro da Escola, varia de acordo com os Programas existentes na Escola e com a quantidade de alunos. Sendo que os Programas, como o "Programa Dinheiro Direto na Escola" (PDDE), "Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa" (PNAIC), "Programa de Inclusão de Jovens Urbano" (PJU), rendem em média uns 82 mil reais por ano, sendo dividido em 10 parcelas para merenda, material de expediente e permanente. Ainda segundo a funcionária, os índices atuais de um modo geral da Escola, com relação aos alunos aprovados no ano de 2015 foram; 141, concluintes 68, reprovados 51, transferidos 14, evadiram 49, e com relação aos

² Escola Estadual de Ensino Médio Cristiano Cartaxo. Modalidades de Ensino Regular, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Programa Projovem Urbano - PJU. Localizada na cidade de Cajazeiras-PB, a qual se realizou a experiência pedagógica do Projeto Vivencial empreendido nesse trabalho.

cursos em andamento do ano em exercício (2016), como o Projovem Urbano (PJU) e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) são 240 (duzentos e quarenta) alunos, perfazendo um total de 563 alunos.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da Escola nas últimas avaliações, em 2009 foi 2.1 e em 2015 foi de 2.9. Sendo que, segundo uma das participantes do roteiro de observações, esse resultado, o de 2015, foi o mais alto de todas as Escolas pertencentes à cidade de Cajazeiras. E a Escola projeta uma meta de 3.9 para o ano de 2017, e para o ano de 2019 se projeta uma meta de 4.2, pretendendo assim superar as metas passadas, investindo em mais Projetos e Programas, tanto em recursos financeiros, quanto em recursos metodológicos, para um melhor desenvolvimento na aprendizagem dos alunos.

Fez-se também um quadro comparativo com relação ao IDEB observado e as metas projetadas para os futuros anos nas Esferas Municipais, Estaduais e Federais. Pode-se entender como funciona esse processo de forma mais clara verificando os indicadores do desempenho das escolas abaixo:

Esse quadro abaixo refere-se aos indicadores da Esfera Municipal, com relação ao IDEB e metas Projetadas por meio do desempenho das Escolas. IDEB do Município de Cajazeiras.

Tabela1- Ideb Observado x Metas Projetadas (Município de Cajazeiras)

Município ↕	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕
CAJAZEIRAS	2.5	2.5	2.7	3.0	2.6	2.5	2.7	3.0	3.4	3.8	4.0	4.3	4.6

Fonte: SAEB/Censo Escolar 2016.

Esse segundo quadro refere-se ao IDEB da Escola Estadual a qual se realizou o Projeto Vivencial. O quadro demonstra que o ideb da escola ultrapassou as metas projetadas, elevando o rendimento escolar e a qualidade da educação.

Tabela 2- Ideb Observado x Metas Projetadas (E.E.E.F.M.C.C.)

Escola ↕	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕
EEEFM CRISTIANO CARTAXO	2.0	2.9	3.1	2.8	***	2.0	2.3	2.7	3.2	3.6	3.9	4.2	4.4

Fonte: SAEB/Censo Escolar 2016.

Mediante o exposto, acerca dos indicadores do IDEB, fez-se pertinente comparar aqui os indicadores da Escola, a qual se realizou a experiência, com os indicadores do IDEB do Estado Paraíba, sendo que a Escola também faz parte do desempenho e rendimento dessa esfera Estadual. Desse modo, constatou-se, através dos quadros acerca do rendimento escolar, que a Escola ultrapassou as metas projetadas nos anos anteriores, só em 2015 que não alcançou a meta projetada que era de 3.6, uma vez que alcançou apenas 2.9.

Diante do exposto, entendeu-se que essa realidade, a de que a maioria das Escolas não atingiu a meta projetada pelo IDEB, está presente em quase todas as Esferas; Municipal, Estadual ou Federal. Sendo que, para que a Escola em que se realizou a experiência pedagógica possa alcançar as metas propostas nos anos futuros, percebeu-se que, a partir do resultado do IDEB, essa instituição de ensino deveria atentar para os dados arquivados junto à secretaria e à equipe Gestora e fazer uma análise com base nos dados obtidos, procurando, de forma coletiva, com todos os integrantes que compõem a Escola, conhecer, entender e encaminhar novas soluções, sobretudo por intermédio de um sistemático plano de ação em que haja uma sistemática de avaliação de desempenho do rendimento funcional da Unidade Escolar.

O quadro abaixo se refere aos indicadores do IDEB do desempenho das Escolas do Estado da Paraíba, sendo que a Escola a qual realizou-se a experiência faz parte deste cenário que será exposto, uma vez que necessitou-se analisar os motivos e causas para que o índice do rendimento escolar com relação a alguns anos não tenha atingido as metas propostas.

Tabela 3- Ideb Observado x Metas Projetadas do (Estado da Paraíba)

Estado ↕	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕
Paraíba	2.5	2.8	2.8	2.9	3.0	2.6	2.7	3.0	3.4	3.7	4.0	4.3	4.5

Fonte: SAEB/Censo Escolar 2016.

E, por último, esse quadro abaixo se refere aos indicadores da Esfera Federal com relação ao IDEB de 2005 a 2013 e Projeções para o **BRASIL** nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Esfera Nacional.

Tabela 4- Ideb Observado x Metas para os Anos Iniciais (Esferas Nacionais)

	IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	3.9	4.2	4.6	4.9	6.0
Dependência Administrativa										
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	4.0	4.3	4.7	5.0	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	3.5	3.8	4.2	4.5	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.0	6.3	6.6	6.8	7.5
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	3.6	4.0	4.4	4.7	5.8

Fonte: SAEB/Censo Escolar 2016.

O quadro abaixo se refere aos resultados do IDEB com relação aos Anos Finais do Ensino Fundamental nas Esferas Nacionais. O Ideb observado com relação aos anos finais das esferas nacionais, demonstra que os índices alcançados durante os anos de (2005; 2013) obtiveram resultados positivos, ultrapassando as metas projetadas, superando as expectativas e o rendimento escolar.

Tabela 5- Ideb Observado x Metas para os Anos Finais (Esferas Nacionais)

	IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	3.5	3.7	3.9	4.4	5.5
Dependência Administrativa										
Estadual	3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	3.3	3.5	3.8	4.2	5.3
Municipal	3.1	3.4	3.6	3.8	3.8	3.1	3.3	3.5	3.9	5.1
Privada	5.8	5.8	5.9	6.0	5.9	5.8	6.0	6.2	6.5	7.3
Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	3.3	3.4	3.7	4.1	5.2

Fonte: SAEB/Censo Escolar 2016.

No tocante aos indicadores do IDEB do Ensino Médio nas Esferas Nacionais, temos o seguinte quadro abaixo.

Tabela 6- Ideb Observado x Metas para o (Ensino Médio)

	IDEB Observado					Metas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.4	3.5	3.7	3.9	5.2
Dependência Administrativa										
Estadual	3.0	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.3	3.6	4.9
Privada	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.6	5.7	5.8	6.0	7.0
Pública	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.4	3.6	4.9

Fonte: SAEB/Censo Escolar 2016.

Ao comparar os indicadores dos resultados do IDEB nas diferentes Esferas com o da Escola a qual foi desenvolvido o Projeto, percebeu-se que esses índices alcançados pela maioria das Instituições observadas nos quadros acima demonstraram que as Escolas precisam fazer muito mais do que o que se vem trabalhando para atingir as metas projetadas. E a Escola na qual desenvolveu o Projeto constatou-se que, diante das palavras da participante em relação aos dados colhidos, que o índice 2.9 obtido pela Escola no último ano foi o melhor em toda cidade de Cajazeiras. Diante disso, e dos indicadores revelados, pode-se entender que se necessitou de estratégias, sistemáticas de avaliações, métodos interventivos, de uma ação-reflexão-ação, elaborados junto a todos que estão diretamente envolvidos neste processo de educar, dentre os quais seria a Equipe Gestora, Coordenação Pedagógica e Professores.

Dessa forma, fez-se pertinente a inserção dessa sistemática de avaliação empreendida neste trabalho como forma de proporcionar subsídios, caminhos, para um aperfeiçoamento das práticas educativas adotadas pelos professores. E que muitas outras sistemáticas e métodos sejam implementados como forma de solucionar ou amenizar o quadro atual da Educação Brasileira. Para entender melhor esses indicadores realizados pelo IDEB, logo abaixo a Secretaria de Educação do Estado de Alagoas explica como se originou o termo Índice Desenvolvimento da Educação Básica.

De acordo com a Secretaria de Educação do Estado de Alagoas (2016), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir, em um só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (**INEP**) a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do INEP, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios.

Partiu-se, então, para os dados coletados acerca dos planejamentos da Escola onde se realizou o Projeto Vivencial com os educadores que lecionam no programa Projovem Urbano. Desse modo, prosseguiu-se para a realização do roteiro de observações, contudo, não houve disponibilidade do Coordenador Pedagógico em prestar informações necessárias, então ele solicitou a uma funcionária do setor pedagógico que respondesse às questões, e assim seguiu-se com os procedimentos do roteiro, sendo que a funcionária respondeu aos questionamentos, de forma atenciosa e educada.

Segundo a funcionária, existe o planejamento geral com todas as áreas de conhecimento por semestre, e durante o decorrer do ano letivo há os encontros por cada área que se realizam quinzenalmente. São utilizados os livros didáticos e alguns paradidáticos selecionados para atender as necessidades do Projeto Circuito de Leitura; são obras literárias do pré-modernismo e modernismo. O planejamento, segundo informado, ocorre de forma dinâmica e flexível oportunizando aos envolvidos opinarem, discutirem e acrescentarem novas estratégias metodológicas. O estímulo-resposta diante dessa preparação, por parte dos alunos, é repercutido de forma positiva através das estratégias de avaliação. Os objetivos da administração escolar, de acordo com a funcionária, é preparar cidadãos críticos e atuantes na sociedade, tendo como metas um bom atendimento ao público e em geral.

Conforme informações da funcionária, a Escola possui um Regimento Escolar, que é administrado pelo Conselho e Gestão Escolar, e um Projeto Político Pedagógico (PPP) com a participação dos Docentes e da Comunidade Escolar com o uso da avaliação contínua, sendo sujeito a mudanças com o desenvolvimento das aprendizagens ao longo do processo. Na Escola, a autonomia da Gestão Pedagógica, Administrativa e Financeira foi empreendida de modo coletivo, reúne todos os envolvidos e chegam a um consenso para se utilizar apenas o que for decidido de modo consensual e democrático. Há quatro anos na Escola existe o Orçamento Democrático (O.D.) com o propósito de realizar a execução dos recursos, com a participação e transparência da comunidade e de todos os funcionários da Escola. A distribuição dos recursos financeiros acontece de forma adequada dentro das possibilidades que a Escola exige, mas de modo geral os recursos e a prestação de contas tentam resolver dentro da normalidade os gastos com relação à Unidade Escolar.

Acerca dos aspectos relativos ao Ordenamento Pedagógico da Escola, a elaboração e implementação dos planos de trabalhos ocorrem através da coletividade, a partir de discussões e consenso ao longo de todo o ano. Os projetos curriculares são organizados, avaliados e controlados a partir das experiências pedagógicas exitosas desenvolvidas no contexto escolar e de critérios do IDEB-PB em consonância com o prêmio Escola de Valor. O calendário escolar busca realizar sua programação inicial, mas existem os desafios e obstáculos ao longo do percurso – como falta de transporte e verbas para merenda escolar em tempo hábil – e estes obstáculos são solucionados ou gerenciados a partir das tentativas de se buscar melhorias e também com a participação ativa da Gestão, a qual tem realizado um trabalho excelente na busca de melhorias e Projetos para a Escola.

Com relação às reuniões de Pais e Mestres, promovidas pela direção dentre as quais acontecem bimestralmente, principalmente à parte que cabe aos pais, a funcionária e participante dos estudos exploratórios apontou que os pais só jogam seus filhos na Escola e não querem ter mais nenhuma responsabilidade por achar que os professores devem ou tem por obrigação “cuidar” dos seus filhos. Os pais acreditam, segundo ela, que por os alunos cursarem o Ensino Médio o acompanhamento parental é desnecessário. Essa negligência tem sido desafiante. A participante relata um fato de um aluno que queria cabular aula e disse que precisava ir ao médico, sofria de diabetes e precisava tomar insulina. Então, diante do fato a direção foi comunicada e imediatamente entrou em contato com os pais do aluno e os informou o ocorrido, sendo que seus pais disseram que era mentira que ele queria era sair para rua, orientaram que não permitissem a saída do seu filho, que quando ele retornasse para casa iria ter uma conversa com ele, e o aluno foi meio que forçado a retornar para sala de aula.

Então, com base no discurso acima as autoras Mesquita e Abrantes (2016) versam que

nessa perspectiva, torna-se relevante estudar a Gestão, considerando a autonomia e participação nos setores administrativos e pedagógicos, quando se percebe a necessidade em construir uma escola para a cidadania, diante da comunidade escolar, dos processos que envolvem os planejamentos e das relações desenvolvidas nestes, entre os sujeitos envolvidos nestas ações (MESQUITA; ABRANTES, 2016, p. 264).

Diante do fato relatado pela participante, notou-se claramente que a Escola necessita de autonomia e da participação de todos os setores e, essencialmente, da participação atuante da Gestão juntamente com a Coordenação Pedagógica e necessariamente dos Professores, uma vez que a função social primeira da escola é formar cidadãos para atuarem de forma crítica nos problemas de ordem política, social econômica dentre outras, e, para que esse fim seja alcançado, necessita-se do envolvimento de todos e principalmente de um planejamento participativo, transformador, viabilizando e priorizando sempre a formação humana. Planejar e replanejar as ações pedagógicas tendo como base a confiança e transparência para que os sujeitos envolvidos nestas ações se percebam como protagonistas do processo o qual estão inseridos.

Partindo agora para a operacionalização dos processos de diagnose da Unidade Escolar em estudo, notou-se que a diagnose, de acordo com a participante, foi realizada através de avaliação do corpo docente sobre sua atuação metodológica e os resultados embasados no IDEB. E as estratégias de avaliação se processaram através da implantação do Projeto Novas Oportunidades de Aprendizagens Significativas (NOAS), cuja metodologia deve ser incrementada de acordo com a percepção do docente, com suas aulas ministradas e com o quadro de deficiências apresentadas ao longo do processo pelos alunos.

Pode-se introduzir nesse contexto a fala da autora Amaral (2016) acerca das avaliações:

é importante lembrar que as avaliações devem ser orais e escritas, individuais e coletiva, formais e informais. As avaliações precisam ser constantes e as formas diversificadas. O professor deverá valer-se de diferentes instrumentos de avaliação. Quanto aos critérios de avaliação é pertinente lembrar que o professor sempre tem que ter clareza do que está avaliando. (Domínio de conteúdo? Visão crítica? Expressão oral? Autonomia? Cooperação? Correção da linguagem escrita? Capacidade de estabelecer relações entre os conteúdos? Capacidade de expressar pensamento próprio? etc...). Além de ter clareza, o professor ainda precisa informar aos alunos o que será avaliado (BELCHIOR, 2016, pp. 400-401).

Constatou-se que as estratégias de avaliações devem ser de diversas formas e continuamente, pois não se deve nunca avaliar o aluno apenas pela sua "nota", e sim por todo o seu desempenho e dificuldades com relação à aprendizagem. O professor precisa inserir em sua prática diversos instrumentos de avaliação para não correr o risco de reprovar o aluno porque obteve uma "nota"

abaixo do estipulado pelo Sistema de Ensino, convergindo desse modo para o discurso de Luckesi (2004) no qual afirma que “a avaliação não é um instrumento de disciplinamento do educando, mas sim um recurso de construção dos melhores resultados possíveis para todos. A avaliação exige aliança entre educador e educandos” (LUCKESI, 2004, p. 4).

Dessa forma, o processo de avaliação deve se basear nos erros dos alunos para, a partir dos erros, identificar as deficiências do aluno quando uma atividade não for realizada com sucesso ou quando um conteúdo que não foi aprendido de modo eficaz. Diante desses e de outros fatos, o professor deve rever suas estratégias e inserir novas formas de avaliação, sempre oportunizando o aluno a reconhecer que está sendo avaliado e sobre o que está sendo avaliado. Diante disso, acredita-se que a avaliação quando se é aplicada de modo coerente se torna algo bem mais fácil e prazeroso na prática escolar.

O autor Cabrito (2009) em sua fala defende que os professores devem avaliar por intermédio do conjunto de conhecimentos adquiridos pelos alunos ao longo do processo de modo mais amplo, englobando suas características e potencialidades, e com um olhar voltado para as futuras aprendizagens como forma de avaliar com autonomia.

se não avaliamos as capacidades desenvolvidas nem as competências potenciais, estaremos, apenas, a avaliar aprendizagens. Avalia-se o conjunto de conhecimentos de que os alunos conseguiram apropriar-se ou, pior ainda, os conhecimentos que conseguiram memorizar. Mas não se avalia o percurso do aluno, a sua capacidade de organização individual do trabalho, a sua apetência para trabalhar em grupo, a sua capacidade de decisão, a sua autonomia, a sua criatividade, a sua tolerância. Igualmente, também não se avaliam as suas potencialidades, isto é, as suas futuras competências (CABRITO, 2009, pp 191-192).

E ainda com relação à Escola, o regime dos docentes é de 40 horas semanais, sendo distribuídas 20 horas em sala de aula e o restante em **encontros pedagógicos**, pois a maioria dos 35 docentes que atuam na Escola a qual se desenvolveu o Projeto são efetivos, sendo que, desse total, a Escola possui apenas três professores contratados.

Partiu-se de modo contínuo para os aspectos relativo às funções da Direção da Escola. Segundo informações obtidas pela gestora da Escola a qual se realizou o

Projeto Vivencial, os desafios enfrentados dentro da função de Gestão são muitos, porém, não são impossíveis de enfrentar, desde que a Gestão seja democrática, descentralizada, atuante, participativa, coletiva e acima de tudo autônoma. Nesse sentido as autoras Mesquita e Abrantes (2016) discursam que “a Constituição de 1988 no art. 206 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no art. 3º determinam que o ensino seja ministrado com base na gestão democrática do ensino público, [...]” (MESQUITA; ABRANTES, 2016, p. 267).

E a nova LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) ainda prevê no seu art. 14 que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Mediante os fundamentos legais a que compete a Gestão Escolar, essa necessita ter como base a adoção de medidas que tornem este espaço em um espaço de aprendizagens de busca pelo conhecimento, de práticas pedagógicas exitosas, com a participação coletiva em que cada um exponha suas opiniões e o livre arbítrio de expressá-las. E a Gestão em parceria com os demais integrantes da Escola devem promover momentos em que sejam refletidas e dialogadas as práticas docentes, assim como, por exemplo: a construção ou elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), Planejamento coletivo democrático, bem como os demais problemas que possam vir a existir dentro da Unidade Escolar.

E outro fator importante é que a Gestão também deve inserir nesse contexto, ou espaço, a participação das comunidades escolar e local nas reuniões de Conselhos ou algo correspondente, proporcionando a inserção da família na Escola, participação esta que se torna de extrema importância para aprendizagem do aluno porque os pais estarão acompanhem de perto seu desenvolvimento escolar. Dessa forma, mediante o Projeto vivencial empreendido, entendeu-se como a participação e colaboração de todos – essencialmente da Gestão atuante, dos funcionários da Escola, e dos professores participantes e protagonistas do Projeto – se torna de grande e fundamental importância para a realização do trabalho desenvolvido ser

um sucesso, uma vez que, se conseguiu êxito nos propósitos para a elaboração da sistemática de avaliação, está sendo mais um recurso utilizado e inserido pelos professores e pela Escola, como mais uma forma de alcançar as metas e objetivos propostos, com relação ao processo de ensino e aprendizagem.

Com base nas informações obtidas durante observações e estudos exploratórios no contexto escolar que, de acordo com (GIL, 1999 apud OLIVEIRA, 2011), considera que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Uma das Gestoras da Escola analisada não possui formação específica, sendo que possui Licenciatura no Curso do Ensino de História, mas tem uns 18 anos de sala de aula, o que já se torna bem fácil para gerir uma Unidade Escolar. Participa de reuniões e formações para aperfeiçoamento de sua prática enquanto Gestora, as condições de trabalho da Gestão são boas dentro do possível de ordem regular, pois o trabalho burocrático lhe causa um pouco de exaustão, mas nada que não se possa resolver: “quando não consigo resolver algo solicito ajuda de outros setores, afinal somos uma equipe”. A sala da Gestora é confortável dentro das possibilidades, é climatizada, porém, não possui muito espaço devido aos armários, mesas e birôs tomarem quase todo o ambiente da sala, mesmo assim ainda é um espaço agradável para se trabalhar.

A caracterização da Escola fez-se necessário para conhecer um pouco da dinâmica de trabalho dos funcionários e seus relacionamentos entre si, bem como para anotar o modo como veem o Programa na Escola. No início do Programa, a equipe que o compõem enfrentou inúmeras dificuldades a exemplo da busca por alunos. Os educadores, juntamente com o apoio, percorreram vários bairros da cidade para conseguir o total de alunos que seria no mínimo 180 para que o Programa pudesse ser desenvolvido na Escola. Como também alguns dos alunos que frequentam o Programa sofreram preconceitos de outros alunos, por não se encontrarem inseridos na mesma classe social dos demais alunos, dentre outros tipos de preconceitos. Mas ao longo do tempo os alunos foram sendo “aceitos” pelos demais colegas e já conseguem ter relações de afetividade com todos os funcionários da Escola.

Então, a partir do momento que se conheceu a Escola, ou o campo o qual se desenvolveu o Projeto, os procedimentos a serem seguidos ficam bem mais fáceis de serem aplicados. Deu-se, por conseguinte, o pontapé inicial com o desenvolvimento da sistemática de avaliação, com a finalidade de entender como os professores do Programa avaliam os alunos e para servir de orientação e condução para o desenvolvimento de suas práticas escolares.

3 RESULTADOS DE UMA SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DESENVOLVIDA NO PROGRAMA PROJÓVEM URBANO

Acreditou-se que, para o desenvolvimento deste Projeto Vivencial em uma Escola Estadual já citada em outras discussões ao longo do trabalho, tornou-se necessário fazer a caracterização da Escola, conhecendo a estrutura e funcionamento de um modo mais amplo, para a elaboração e implementação da temática em estudo. Neste trabalho, que se tem como tema: Sistemática de Avaliação do Programa Projóvem Urbano em uma Escola Estadual, o qual foi desenvolvido com a participação dos professores que atuam no Programa, sendo que estes elaboraram e implementaram durante a execução do Projeto Vivencial em uma Escola Estadual. Essa sistemática de avaliação elaborada a partir dos instrumentos que já utilizam em sua prática docente, foi adotada pelos professores como forma de orientar e redimensionar o trabalho pedagógico, contribuindo assim para que os alunos se sintam parte integrante nos processos de avaliação, se reconhecendo e entendendo como funciona o ato de avaliar e autoavaliar-se.

Para tanto, observou-se e conheceu como se realiza o funcionamento da Escola nos seus diversos espaços. A partir desses dados, partiu-se para os resultados da sistemática e quais as finalidades dessa sistematização no processo de avaliação implementado pelo Programa empreendido na Escola. O que provocou a produção deste Projeto Vivencial foi certa inquietude da pesquisadora e professora do (PJU) em conhecer os processos e métodos de avaliação do Programa, percebendo, desse modo, que os instrumentos de avaliação utilizados pelos professores atuantes no Programa não estavam suprimindo as necessidades dos alunos com relação aos processos de avaliação, entendendo que os professores

necessitavam elaborar e implementar uma sistemática de avaliação para redimensionar suas práticas de avaliação.

Com a implementação desta sistemática de avaliação, a qual foi elaborada com o intuito de ampliar os conhecimentos dos professores do Programa, e de refletirem sobre suas práticas de avaliação, se obteve resultados positivos, pois os professores conseguiram inserir de modo inicial e processual a sistemática de avaliação elaborada por eles, em sua prática pedagógica, melhorando assim o desempenho e rendimento dos alunos, direcionando e repensando suas formas e métodos de avaliar, uma vez que o aluno precisa se reconhecer como parte fundamental desse processo de avaliação.

Portanto, a execução deste Projeto Vivencial foi de fundamental importância para a prática de avaliação adotada pelos professores que atuam no Programa Projovem Urbano, sendo que os educadores, durante a realização do Projeto, em suas falas, expressaram entusiasmo e curiosidade em ampliar e trabalhar novos métodos ou aprimorar os instrumentos de avaliação que se tem no Programa, como forma de aperfeiçoar a prática de avaliação adotada por eles.

Entendendo, desse modo, os conceitos e as abordagens de avaliação explicadas pela pesquisadora durante os estudos exploratórios, assim como também os fundamentos em que o Programa Projovem Urbano se estrutura, e de que modo e para quais fins tornou-se necessário elaborar uma sistemática de avaliação para que os professores utilizassem como forma de orientar e refletir sobre sua prática pedagógica. Anote-se que sendo um assunto que necessita que seja abordado todos os dias no contexto escolar, muitos acreditam que não tem importância, porém, os professores do Programa veem a avaliação hoje como algo que precisa ser discutido e trabalhado por todos os professores, ressaltando que não só do Programa, mas de todos os demais Segmentos e Modalidades de Ensino da Escola em que se realizou o Projeto Vivencial.

Em virtude dos fatos, das observações que se obteve durante a execução do Projeto Vivencial, por meio de estudos exploratórios e informações obtidas, constatou-se que alguns professores do Programa Projovem Urbano em uma Escola Estadual não estão preparados para lidar com o processo ou o ato de avaliar, por inúmeros fatores: falta de políticas públicas, de estratégias e recursos

metodológicos, de métodos de ensino que priorizem a aprendizagem do aluno etc. Aliado a esses fatores, também há fatores externos — seja de ordem econômica, social, educacional, ou religiosa — que interferem na realidade escolar, e conseqüentemente nas práticas de avaliação executadas dentro do contexto escolar.

Então, como forma de expor os resultados deste Projeto, em o qual se abordaram temáticas acerca dos processos de avaliação, assunto necessário no contexto escolar durante todo o ano letivo, para desanuviar a ilusão de alguns professores que consideram o que é avaliar como apenas atribuir “notas” aos alunos e pronto, está tudo resolvido. Entretanto, não é só isso. Para aqueles que estão em sintonia com os objetivos e conceitos sobre como e para quê avaliar, os processos se tornam processos bem mais complexos, pois, para se avaliar de modo eficaz, o professor necessita buscar ampliar seus conhecimentos acerca do assunto para que não cometa erros e desestimule os alunos a não ter mais interesse em estudar. Os ensinantes, mediante erros e posturas cometidos de forma tão aleatórias e, por vezes, também sem percepção dos seus atos e atitudes, podem contribuir para que os alunos percam o interesse em estudar e ter uma formação.

Por conseguinte, compreendeu-se que a sistemática de avaliação implementada no (PJU) obteve êxito em seus objetivos, pois os instrumentos de avaliação utilizados pelos professores estão sendo vistos e executados de outra forma, contribuindo assim para o rendimento escolar do aluno, sendo que este se percebe como principal “personagem da história”, conhecendo e intervindo nos processos de avaliação que até então não tinham o direito ou não eram estimulados a realizar tal ato. E essas mudanças devem ocorrer sempre que forem necessárias no Programa, porque essas mudanças estão relacionadas a ações sociais, educacionais, econômicas e políticas, que de certo modo refletem nas relações interpessoais entre professor e aluno, sendo que os aprendentes devem ter consciência que a avaliação dentro deste contexto ocorre de forma sistematizada, seguindo critérios e métodos propostos no Projeto Político Pedagógico que melhor se adequa ao processo de ensino e aprendizagem. E, quando isso não ocorrer, a prática de avaliação inerente e necessária se torna uma prática excludente e acaba por reverberar a evasão escolar.

Portanto, os conceitos, abordagens de avaliação devem ser preocupação de todos os envolvidos diretamente no processo de ensino e aprendizagem, assim como no Programa em que os professores inseriram em sua prática de avaliação uma sistemática que fez a diferença nesse processo. Para tanto, conclui-se que os professores ampliaram seus conhecimentos acerca desse processo extremamente difícil que é o ato de avaliar, deve-se ter consciência do quanto uma avaliação, quando não realizada com base em conhecimentos prévios sobre o assunto, pode transtornar a vida escolar do aluno, sendo que este pode mudar seus comportamentos de forma que nunca mais volte à escola, ou até pode fazer outras ações que atentem contra a vida daqueles que não lhe proporcionaram a chance de concluir sua trajetória escolar.

Então, concluiu-se que a avaliação é uma problemática que necessita de mais pesquisas, de estudos de observações, de elaboração de sistemáticas de avaliação, dentre outros métodos, uma vez que esse tema há muito tempo já vem sendo inserido nos contextos escolares, mas muitos profissionais envolvidos no processo educativo deveriam conhecer de modo aprofundado os processos de avaliação e suas consequências, caso não seja – a avaliação – adotada de forma “correta” e adequada a realidade do contexto escolar.

Desse modo, entendeu-se que o desenvolvimento deste projeto obteve êxito em relação aos seus propósitos, conseguiu-se despertar nos professores uma atenção maior, ampliando seus conhecimentos acerca da avaliação durante a execução do Projeto, sendo que essa sistemática é apenas o resultado de um dos muitos Projetos desenvolvidos na Escola, e espera-se que sejam implementados muitos outros Projetos e Pesquisas sobre essa temática que necessitam ser empreendidos no contexto escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste trabalho, apresentado à Disciplina de Trabalho de Conclusão do Curso *Lato sensu* em Planejamento e Gestão Escolar, da Universidade Federal de Campina Grande da cidade de Cajazeiras-PB, tratou-se do resultado de um

Projeto Vivencial que teve como tema: **Sistemática de Avaliação do Programa Projovem Urbano em uma Escola Estadual**. O projeto foi desenvolvido no período de 80h numa Escola da Rede Estadual de Ensino, situada na cidade de Cajazeiras-PB, com professores que lecionam no Programa Projovem Urbano – PJU. Os objetivos deste Projeto foram analisar, compreender, averiguar e identificar as possibilidades de otimização de uma sistemática de avaliação do Programa Projovem Urbano em uma Escola Estadual, tendo em vista os fins educacionais pelos quais ele é implementado.

A partir disso, elaborou-se uma sistemática de avaliação que foi implementada na prática docente dos professores atuantes no Programa. Sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, Projovem Urbano- PJU, Salgado (2008) acrescenta que tem como meta integrar os jovens no mercado de trabalho por meio da qualificação profissional, assim como também inseri-los na sociedade através de ações comunitárias auxiliando-os em seus processos de compreensão e participação quanto a suas funções sociais. Tendo como base o exercício da cidadania, uma vez que eles se tornem protagonistas e atuantes nos problemas sociais que afetam sua cidade ou sua comunidade.

Para tanto, a sistemática elaborada e implementada pelos professores do Programa teve o propósito de orientar e repensar a prática pedagógica no tocante a avaliação. A sistemática propõe avaliar os alunos de modo mais atencioso, mais interventivo, porque esses professores necessitam de um olhar e um processo de avaliação que lhe proporcionem uma perspectiva amplificada das estratégias e formas de avaliação durante todo o processo. E com a implementação dessa sistemática notou-se que os alunos se sentem realmente avaliados de modo mais perceptível, entendem melhor como funciona esse processo de autoavaliar-se, sendo que antes não tinham ou não entendiam como se desvelava esse processo dentro das situações as quais eram avaliados.

Para alcançar as metas propostas no Projeto, foram realizadas pesquisas bibliográficas para embasar e delimitar os conceitos da problemática; estudos exploratórios e observações pertinentes à temática desenvolvida durante a execução do Projeto vivencial em uma Escola Estadual. Por conseguinte, a partir dos objetivos e dos autores estudados para o desenvolvimento deste Projeto, dentre outros pontos, esse trabalho se desenvolveu e permitindo assim obter os resultados

propostos, como a efetiva aprendizagem dos alunos por meio das estratégias de avaliação referenciadas pela sistemática.

Neste trabalho teve-se ainda a seguinte questão de pesquisa: De que modo e para quais fins a sistematização da avaliação do Programa Projovem Urbano ocorre em uma Escola Estadual, tendo em vista os fins educacionais pelos quais ele é implementado? Nesse sentido, com a sistemática de avaliação elaborada e implementada pelos professores do Programa obteve bons resultados, pois os professores a inseriram em sua prática de modo processual e contínuo, por intermédio dos instrumentos e estratégias de avaliação que já utilizam no Programa, redimensionando esses instrumentos para que estimulem e proporcionem aos alunos vários caminhos para se obter um bom desempenho durante o ciclo ou o trimestre estudado.

Teve-se a preocupação de investigar essa temática a partir de estudos e observações realizadas durante a execução do Projeto, e até mesmo antes porque a pesquisadora atua como professora nesse Programa Projovem Urbano, percebendo, desse modo, a necessidade de implementar uma sistemática de avaliação como forma ou método de melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem, e conseqüentemente as práticas de avaliações adotadas pelos professores que atuam no Programa, sendo que estes não utilizavam os instrumentos de avaliação de modo eficaz, não priorizavam a avaliação como uma ferramenta capaz de transformar a trajetória escolar do aluno.

Então, concluiu-se que a avaliação é uma problemática que necessita de mais pesquisas, estudos e observações, uma vez que esse tema há muito tempo já vem sendo inserido nos contextos escolares, mas muitos profissionais envolvidos no processo educativo deveriam conhecer de modo mais aprofundado os processos de avaliação e suas conseqüências. O que provocou a produção deste Projeto Vivencial foi certa inquietude da pesquisadora e professora do (PJU) em conhecer os processos e métodos de avaliação do Programa, percebendo, desse modo, que os instrumentos de avaliação utilizados pelos professores atuantes no Programa, não estavam suprimindo as necessidades dos alunos com relação aos processos de avaliação, entendendo que os professores necessitavam elaborar e implementar uma sistemática de avaliação.

Os professores do Programa executaram o Projeto e com a implementação da sistemática de avaliação elaborada e implementada a qual sistematiza um conjunto de estratégias a partir dos instrumentos de avaliação do Programa, que serve de orientação e reflexão para a prática docente, assim como também para um melhor desenvolvimento e aperfeiçoamento das práticas de avaliação. Então, com o desenvolvimento dos estudos exploratórios e observações em encontros com professores do Programa durante um período de 80h, conseguiram perceber o quanto essa sistemática de avaliação deve ajudar em suas práticas pedagógicas, sendo que antes tinham uma percepção acerca da avaliação não muito abrangente, e com o desenvolvimento dos estudos exploratórios conseguiram melhorar suas práticas de avaliação em grande proporção, pois seguem as orientações da sistematização das estratégias, sempre fazendo alguns ajustes e alterações, se assim acharem conveniente, de acordo com a realidade e conteúdos mediados pelo professor.

A Equipe Escolar a qual foi realizada a experiência pedagógica comentou que essa sistemática foi bem vinda. Afirmaram que Escola está sempre aberta há mudanças sejam elas em qual setor for. Os professores que lecionam em outros turnos com certeza conheceram essa sistemática de avaliação que servirá de base para avaliar as suas práticas pedagógicas, podendo fazer os ajustes que acharem necessários, tendo em vista que o processo de ensino aprendizagem é algo que acontece de forma lenta e cada qual com as suas especificidades, até mesmo porque os alunos não seguem todos na mesma proporção, cada um aprende do seu jeito e no seu tempo. Dessa forma, a equipe escolar agradeceu pela implementação dessa sistemática sabendo que o processo de avaliar não é algo fácil, e que necessita de muitas pesquisas e estudos nessa área, sendo que, às vezes, em muitos casos, a avaliação se torna um fator de exclusão e evasão escolar, em que os alunos se sentem pressionados e acabam por desistir de concluir sua trajetória ou percurso escolar.

Os resultados desse estudo, advindos das pesquisas e observações, demonstraram que a sistemática de avaliação implementada proporcionou inúmeras chances e caminhos para orientar os professores em sua prática, são estratégias as quais os professores poderão se orientar para viabilizar uma concreta aprendizagem, e a partir dessas estratégias podem derivar outras, outros métodos

que possam contribuir para o melhoramento com relação às práticas avaliativas no Programa, e assim como também na Unidade Escolar.

Destacaram-se, ainda, as diferentes abordagens de avaliação como a **diagnóstica, formativa e a somativa**, uma vez que os referenciais bibliográficos estudados proporcionaram um maior poder aquisitivo de conhecimentos acerca da sistematização de avaliação adotada pelo Programa, conhecendo como se deve realmente avaliar os alunos, embora a avaliação tradicionalmente utilizada por alguns contextos escolares ocorre no final do processo de aprendizagem.

Nesse sentido, estudou-se e refletiu-se sobre os conceitos, concepções, abordagens e estratégias de avaliações no Programa Projovem Urbano com os professores que lecionam no Programa, como forma de incentivar o debate acerca do assunto, com o intuito de que se perceba a importância de uma necessária sistemática de avaliação empreendida no Programa para a concretização dos fins educacionais e dos interesses para com a aprendizagem dos alunos. Assim como toda a equipe escolar foi beneficiada com a sistemática por ser mais uma ferramenta de trabalho em que os professores podem empreender as suas práticas pedagógicas.

Diante das informações, compreendeu-se que o processo de avaliar no contexto escolar, e também no Programa ao qual está sendo o foco deste trabalho, está relacionado às mudanças sociais, educacionais, econômicas e políticas que, de certo modo, refletem nas relações interpessoais entre professor e aluno, sendo que estes devem ter consciência que a avaliação dentro desse contexto ocorre de forma sistematizada, seguindo critérios e métodos propostos no Projeto Político Pedagógico que melhor se adequa ao processo de ensino e aprendizagem. Sabendo que, quando isso não ocorre, a prática de avaliação inerente e necessária se tornará uma prática excludente, e acabará por viabilizar a evasão escolar.

Portanto, concluiu-se que o desenvolvimento deste Projeto Vivencial foi de fundamental importância para a prática adotada pelos professores que lecionam no Programa e também para a equipe escolar, pois apreenderam os conceitos e as abordagens de avaliação assim como também os fundamentos em que o Programa Projovem Urbano se estrutura, e de que modo e para quais fins se fez necessário elaborar uma sistemática de avaliação. Sendo que esta sistemática é apenas o

resultado de um dos Projetos desenvolvidos na Escola, e que sejam implementados muitos outros Projetos e Pesquisas sobre esta temática que necessitam ser empreendidos no contexto escolar. Espera-se que esta sistemática seja apenas uma estratégia que aponte novos rumos, tanto para o desenvolvimento de outras pesquisas quanto para a realização de um processo de avaliação consciente nas Escolas, sendo que a Escola necessita fazer uma autoavaliação institucional continuamente para que se tenha autonomia e desenvolva possibilidades de autoconhecimento e de ações voltadas para que os processos educativos tenham significados e êxitos, e que valorizem a aprendizagem dos alunos como um fator necessário e inerente as práticas de avaliações estabelecidas no contexto educacional.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. G. B. "Gestão escolar no percurso formativo: da docência à organização do trabalho pedagógico". In: LOPES, Wíama de Jesus Freitas; SOUSA, Nadiel Cavalcante de. (orgs). **Gestão escolar no percurso formativo: da docência à organização do trabalho pedagógico**. – Fortaleza: Imprece, 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 03/08/2016.

CABRITO, B. G. **Avaliar a qualidade em educação: avaliar o quê? Avaliar como? Avaliar para quê?** Cad. Cedes, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 178-200, maio/ago. (2009). Disponível <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 06/08/16

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Pratices Hall, 2004.

ESTEBAN, M. T. (Org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Editora: Dp&a. (1999).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 20 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

HOFFMANN, J. **Avaliação. Mito e desafio. Uma perspectiva construtivista**. 10 ed. Porto Alegre. Revista e Realidade. 1993.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, (INEP). Índice de desenvolvimento da educação Básica, (IDEB). Resultados e Metas. Atualizado em 03/06/2015. Disponível em <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 02/08/16

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem... mais uma vez.** Artigo publicado na Revista ABC EDUCATIO nº 46, junho de 2005. Disponível em: <http://luckesi.com.br/textos/abc_educatio/abceducativo>. Acesso em: 12/08/16.

LUCKESI, C. C. **Considerações gerais sobre avaliação no cotidiano escolar.** Editora Gráfica Expoente, Curitiba, PR, nº36, (2004).

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, EPU, 1986.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica 1.** - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MELCHIOR, M. C. **Avaliação para qualificar a prática docente: espaço para a ação supervisora.** Porto Alegre: Premier, 2001.

MENEZES, L. A.; CARVALHO, D. A. B.; FILHO, N. T.; BRAGA, A. E. **Definições, obstáculos e perspectivas para uma avaliação formativa da aprendizagem.** In: Raimundo Hélio Leite. (Org.). **Diálogos em avaliação educação.** 1ed. Fortaleza: edições UFC, 2014.

MESQUITA, I. R.; ABRANTES, N. N. F. de. "Gestão escolar no percurso formativo: da docência à organização do trabalho pedagógico". In: LOPES, W. de J. F.; SOUSA, N. C. de. (orgs). **Gestão escolar no percurso formativo: da docência à organização do trabalho pedagógico.** – Fortaleza: Imprece, 2016.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Apreciação do Projeto Pedagógico Integrado e autorização de funcionamento do ProJovem Urbano.** PARECER HOMOLOGADO. (*) Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 12/11/2008.

OLIVEIRA, M. F. de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração** -- Catalão: UFG, 2011.

Programa Projovem Urbano. **Apresentação de Conceitos e Concepções.** (Portal do MEC 2016). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 27/07/16.

SALGADO, M. U. C. (Org.) **Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano**.
Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano,2008.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDUC. **O que é IDEB**. Estado de
Alagoas. Maceió/AL. 2016. Disponível em:
<<http://www.educacao.al.gov.br/indicadores/ideb/o-que-e-ideb>>. Acesso em:
10/08/16

ANEXO

ANEXO

Anexo - A

SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO
ESTRATÉGIAS DE SISTEMATIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO, A PARTIR DOS INSTRUMENTOS UTILIZADOS PELOS PROFESSORES NO PROGRAMA PROJOVEM URBANO.
<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar o Caderno de Registro de Avaliação (CRA), de modo que o professor avalie o aluno durante todo o processo, de forma contínua, proporcionando ao aluno chances em que se autoavaliar, ao término de cada conteúdo ou das atividades mediadas em sala de aula;
<ul style="list-style-type: none"> • Fazer uso das Atividades Não Presenciais (ANPs) como uma ferramenta de avaliação, com fins de diagnosticar e intervir a partir dos erros apresentados pelos alunos nas atividades realizadas fora da sala de aula;
<ul style="list-style-type: none"> • trabalhar a interdisciplinaridade e unir todas as áreas do conhecimento, qualquer que seja o assunto estudado, o educador deve criar situações em que os alunos aprendam a dialogar com os textos.
<ul style="list-style-type: none"> • Aliar a prática pedagógica, os conteúdos mediados com as novas tecnologias, como forma de avaliar o desenvolvimento do aluno em sala de aula, para que este faça um "bom" uso desses instrumentos, de forma responsável e positiva;
<ul style="list-style-type: none"> • A avaliação deve ser utilizada de todas as formas em eventos formais, porém considera e valoriza as informações advindas de situações informais; deve ser diversificadas, assim como também orais e escritas;
<ul style="list-style-type: none"> • As oficinas desenvolvidas pelos professores somente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, também deveriam contemplar as demais disciplinas, uma forma de avaliar dinamizada e construtiva, uma vez que os alunos são avaliados durante todo o processo e demonstram um maior interesse em trabalhar com os conteúdos das oficinas de forma prática;
<ul style="list-style-type: none"> • As Sínteses Integradoras é mais um instrumento de avaliação muito peculiar o qual avalia a aprendizagem dos alunos, a partir de temas de relevância social, associado a realidade vivenciada por eles cotidianamente, esse instrumento demonstra o grau de conhecimento adquirido pelos alunos por meio dos temas relevantes na sociedade.
<ul style="list-style-type: none"> • A frequência também é um instrumento de avaliação utilizado pelos professores do programa, uma vez que, os alunos devem obter ao final do programa no mínimo 75% de horas aula, e 50% da pontuação total exigida pelo programa, para ser considerado apto quanto ao recebimento do certificado de conclusão;
<ul style="list-style-type: none"> • Temos os simulados que todos os professores deveriam trabalhar, pois é uma ferramenta importante para avaliar a aprendizagem dos alunos e proporcionar mais segurança no momento em que o aluno for realizar a "prova", dessa forma terá mais êxito com relação aos resultados esperados;
<ul style="list-style-type: none"> • O programa trabalha com abordagens de avaliação como a Diagnóstica, Formativa, Somativa, de acordo com dados obtidos através dos conteúdos trabalhados, das atividades realizadas de modo formal e informal, das frequências e etc, estas por sua vez, devem ser apresentadas ao final de cada ciclo por meio de planilhas devidamente preenchidas com notas para futuras avaliações com coordenadores do programa.